

Produtores querem equilibrar reforma

A ameaça de aumento da carga de tributos sobre alimentos, com tendência a subir de preço, pode incidir sobre o custo para o consumidor final de carne, leite, pão, arroz e feijão e produtos relacionados à cesta básica.

O alerta partiu de produtores rurais organizados na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ao debater sobre impactos da reforma tributária no agronegócio.

Esta retirada da desoneração de tributos da cesta básica pode prejudicar não só o setor agropecuário, mas também o consumidor, em um momento difícil devido ao enfrentamento da pandemia.

Embora os produtores defendam a necessidade de reforma tributária no país, o modelo apresentado pela PEC 45/19, que tramita no Câmara dos Deputados, pode produzir um impacto com efeitos imprevisíveis para o setor agropecuário.

Os empresários do agro vêm debatendo o tema em videoconferências, como a recentemente promovida pelo Grupo de Estudos de Tributação no Agronegócio (Geta).

– A economia brasileira vai sair bastante machucada, e o endividamento público, que hoje é de 91% em relação ao PIB, vai chegar a 100% em 2026 ou 2027. É um cenário fiscal ruim e com tendência a piorar – disse o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Chonchon.

Para Chonchon, os cenários econômicos e fiscais projetados para o período após a pandemia, se a Covid for superada, deixam motivos de preocupação, pois, segundo ele, não consideram as peculiaridades do setor.

Entre as especificidades citadas por Chonchon, destacam-se a sazonalidade da safra e obrigações dos produtores rurais pessoas físicas, que correspondem a 98% do total de empresários do campo.

Sojicultores comemoram

A soja baiana confirmou o prognóstico de alcançar o segundo melhor resultado da história, com a colheita de mais de seis milhões de toneladas de grãos, número superado apenas pela safra 2017-2018. Com o fim da colheita e o começo da exportação, ficou registrado um aumento de 3% por produtividade prevista, passando da projeção de 60 sacas para 62 por hectare, conforme dados divulgados pelos produtores reunidos na associação Aiba. Apesar do replantio de 5% da área, por conta de uma inesperada estiagem em novembro e dezembro, o desenvolvimento do plantio pode ser verificado visualmente na fila de caminhões graneleiros rumo ao porto de Aratu, em Salvador. Para a próxima safra, a expectativa é de alcance da liderança histórica das colheitas.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 08/07/2020	Página: A3

“Made in Bahia”: despertando a nossa baianidade

Carlos Sergio Falcão

Engenheiro, sócio da Winners Engenharia Financeira, diretor-secretário da ACB e líder do Business Bahia

No mês passado o Business Bahia, grupo que reúne mais de 250 empresários e gestores baianos, com ênfase no desenvolvimento do empreendedorismo e na geração de novos negócios, lançou a campanha “Made in Bahia”. O objetivo é incentivar o consumo de produtos e serviços produzidos no nosso estado, possibilitando que a riqueza gerada permaneça na Bahia, facilitando a retomada da atividade econômica e a geração de emprego e renda.

A campanha, sem nenhum vínculo partidário, pretende atender todas as camadas da população e tem obtido uma grande aderência no ambiente empresarial, agregando apoios de entidades, de autoridades e da mídia baiana, ocupando expressivos espaços em todos os meios de comunicação nesses últimos 30 dias, unindo a nossa so-

cidade no resgate do espírito de baianidade, que estava adormecido.

O grande desafio da campanha é a perpetuidade, ela precisa ser definitiva, transformando-se em um Programa de Estado, que gere vantagens competitivas às empresas baianas, em especial as micro e pequenas, as mais sacrificadas nessa pandemia, enquanto uma publicidade constante conscientiza os consumidores da importância do consumo regional.

Nesse contexto a Associação Comercial da Bahia, apoiadora master do projeto, constituiu o Núcleo “Made in Bahia”, que terá como objetivo principal assessorar as empresas baianas para fortalecerem a sua cadeia produtiva em nosso estado, por meio da priorização de aquisição de produtos feitos na Bahia e na contratação de serviços também nas empresas locais, contribuindo assim para criação de um ciclo virtuoso em prol da nossa economia.

Além disso, o núcleo pretende propor ao governo do estado e prefeituras uma efetiva atenção especial para essas empresas, em relação às contratações pú-

blicas, na concessão de crédito e de benefícios fiscais, e também identificar agentes financeiros que possam aportar funding para o financiamento de micro e pequenas empresas “Made in Bahia”.

Para o sucesso dessas ações, deverá haver a união das autoridades baianas, dos agentes financeiros, dos grandes grupos empresariais e das diversas entidades de classe, agregando toda sociedade produtiva da Bahia em torno dessa proposta.

Estamos conscientes que tentativas anteriores não obtiveram o resultado esperado, pois não ofereciam apoio fático e estímulos reais às necessidades do empresariado baiano. Entendemos que estamos tendo uma oportunidade única e que, com uma comunicação eficaz, unindo todos players envolvidos no processo produtivo, atingiremos os objetivos propostos.

Sabemos que o desafio é grande e que a caminhada será longa, mas estamos determinados a deixar para nossos sucessores um legado do consumo solidário e consciente, o orgulho em adquirir produtos e serviços feitos na Bahia.

COVID-19 Plano de retomada das atividades foi anunciado ontem pelo governador Rui Costa e o prefeito ACM Neto

SHOPPING S E LOJAS SÓ VÃO REABRIR APÓS OCUPAÇÃO DE LEITOS FICAR ABAIXO DE 75%

RODRIGO TARDIO

Shoppings, centros comerciais e lojas do comércio de rua poderão reabrir em Salvador quando a taxa de ocupação dos leitos de UTI para tratamento contra o coronavírus for reduzida a menos de 75% na cidade. O anúncio foi feito ontem, em coletiva virtual, pelo governador Rui Costa e o prefeito ACM Neto.

Além desses estabelecimentos, templos religiosos, igrejas e eventos em sistema drive-in também fazem parte da fase um do plano de retomada das atividades na capital baiana. Na última segunda-feira, o índice de ocupação de leitos de UTI reservados a pacientes com a Covid-19 era de 79,5% na cidade. Na segunda fase, poderão ser retomadas as seguintes atividades: academias de ginástica e similares, barbearias, salões de beleza, centros culturais, museus e galerias de arte, lanchonetes, bares e restaurantes.

Já na fase três, poderão reabrir parques de diversões e temáticos, teatros, cinemas, casas de espetáculo, clubes sociais, recreativos e esportivos, centros de evento e convenções. Para avançar à segunda fase do plano,

Foi anunciada também, pelo governador, a disponibilização de 350 leitos clínicos para tratamento de pacientes com dificuldades respiratórias. Com o aumento de leitos no estado, a ideia é que os demais gestores municipais discutam a retomada em suas respectivas cidades.

"Ainda estamos em um patamar alto de novas mortes e casos. Não conseguimos a curva de declínio", afirmou Rui.

Para adotar os critérios, os técnicos do estado e município definiram uma só estratégia, que obedece a orientações das autoridades sanitárias. As atividades vão ser retomadas com base nos indicadores epidemiológicos e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Todas as consequências das medidas vão ser monitoradas, o que vai permitir ações ágeis por parte do poder público.

Bruno Concha / Secom / 28.4.2020



a taxa de ocupação dos leitos deverá ser menor ou igual a 70%; e, na terceira etapa, de no máximo 60%. Para entrar em uma nova fase, os percentuais devem obedecer ao patamar indicado durante cinco dias.

Outros espaços

Praias e parques públicos não foram incluídos no protocolo de reabertura. De acordo com os gestores, no momento adequado serão anunciados critérios para permitir o acesso a esses espaços. O mesmo vale para escolas e futebol profissional, por exemplo, que também ficaram de fora do plano de retomada das atividades.

Desde março, a prefeitura de Salvador proibiu a ida à praia, inclusive bloqueando o acesso a algumas das praias mais conhecidas da capital baiana, em meio às medidas adotadas para tentar conter a propagação do novo coronavírus. Muitos banhistas, entretanto, têm desrespeitado os decretos, promovendo grandes aglomerações.

O prefeito anunciou a criação de mais 75 leitos em Salvador nos próximos dias, o que poderá contribuir para a retomada das atividades ainda em julho. "A ideia é ter leitos suficientes para atender à demanda, sobretudo após estas flexibilizações graduais", disse.



Prática de exercício ficou para um segundo momento

Shirley Stelm / Ag. A TARDE / 4.5.2020



Nas lojas, limite será de um cliente a cada 5 m²

Lote de auxílio é liberado; micros pedem crédito

AGÊNCIA BRASIL

Cerca de 400 mil beneficiários do auxílio emergencial, contemplados no terceiro lote do benefício, começaram a sacar ontem os recursos da primeira parcela. O saque está liberado para os nascidos em fevereiro.

O auxílio, com parcelas de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras), foi criado para reduzir os efeitos da crise econômica causada pela pandemia de Covid-19. A liberação do saque e a transferência da poupança social da Caixa para outros bancos estão sendo feitas de acordo com o mês de nascimento dos beneficiários. Os recursos são transferidos automaticamente para as contas indicadas.

O calendário de saque segue o seguinte cronograma: hoje poderão sacar os nascidos em março; amanhã, nascidos em abril; na sexta-feira (10), nascidos em maio; no sábado (11), nascidos em junho; na segunda (13), nascidos em julho; na terça-feira (14), nascidos em agosto; na quarta-

bancária em nome da entidade ou da empresa.

"Eles trabalham com a sua conta bancária pessoal. E outros nem pessoalmente têm conta bancária porque, em função de qualquer contratempo, perderam o seu crédito, foram negativados e ficaram sem condições de operar qualquer atividade bancária - às vezes, uma caderneta de poupança, e, às vezes, ainda, essa poupança está em nome da esposa ou de um filho para que não seja bloqueado o pouco de recursos que consegue colocar nessa conta bancária em função de tributos que nem sempre conseguiram pagar".

Ainda segundo presidente da Conampe, a pandemia mostrou "as mazelas do segmento, como a evidência de que falta tradição em operações bancárias".

"Estamos vendo ainda que toda essa linha de crédito não conseguiu chegar à microempresa ou ao MEL. Ela pega sempre a pequena empresa ou a que tem um pouco mais de faturamento, que tem tra-

dição bancária, em que nenhum dos sócios está negativo. Então, foi feita uma seleção de pequenas empresas que já operavam com o banco e essas conseguiram acessar o crédito. Aquelas que não operavam com o banco ou que não tinham tradição, não tinham limite pré-aprovado, essas não têm conseguido os recursos", disse.

Empresas

As dificuldades de micro e pequenas empresas em conseguir acesso ao crédito oferecido pelos bancos, a partir da pandemia do novo coronavírus, foi exposta ontem por entidades à comissão mista do Congresso que analisa as ações do governo no enfrentamento da Covid-19.

Segundo presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (Conampe), Ercílio Santinone, cerca de 50% desse público não têm conta

dição bancária, em que nenhum dos sócios está negativo. Então, foi feita uma seleção de pequenas empresas que já operavam com o banco e essas conseguiram acessar o crédito. Aquelas que não operavam com o banco ou que não tinham tradição, não tinham limite pré-aprovado, essas não têm conseguido os recursos", disse.

A pandemia mostrou "as mazelas do segmento [pequenas empresas]"

CÂMARA

Maia quer votar projeto do Fundeb semana que vem

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que vai levar à votação no plenário, na próxima semana, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/15, que institui o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) permanente. Criado em 2006, o Fundeb é temporário, e será extinto em dezembro caso não seja votada uma nova regulamentação.

O Fundeb é a principal fonte de recursos da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo o ensino básico do país, etapa que vai do infantil ao ensino médio. O fundo é composto por recursos que provêm de impostos e transferências da União, estados e municí-

pios.

Atualmente, o governo federal aporta no Fundeb 10% do valor depositado por estados e municípios. A proposta em discussão na Câmara pretendia elevar o índice para 15% a partir de 2021 e aumentá-lo de forma escalonada, até 2026, a 20%. Mas o percentual foi alterado em função da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Com isso, a proposta que será colocada em votação é a de que o complemento seja de 12,5% a partir do ano que vem.

"Vamos votar semana que vem. Acho que o projeto está muito bom!", disse Maia durante uma webconferência de uma corretora de investimentos. "É um texto que está com bastante unidade e acho que a gente vai avançar", acrescentou.

Maia disse ainda que vai aguardar cerca de duas semanas até colocar em votação o Projeto de Lei (PL) 2.630/2020, que propõe medidas de combate à propagação de notícias falsas, as chamadas fake news.

Apesar das pressões, Rui e Neto repicam: “A vida é o principal”

Há um bom tempero para essa sintonia entre Rui Costa e ACM Neto. Os dois, que tentam seguir os protocolos científicos adotados planeta afora, acabaram virando algo como patinhos feios na guerra à Covid. No Rio e São Paulo, por exemplo, onde os números só sobem, os governos estão abrindo o comércio. Aqui, eles travando, peitando as insatisfações empresariais.

Na coletiva dos dois ontem para anunciar as etapas de retomada das atividades (quando der), eles reafirmaram a linha que sempre seguiram, a

prioridade é a vida, mas de alguma forma cederam.

FOGO CRUZADO — A questão é que Salvador, em particular muito menos, e a Bahia, no geral, são oásis no país. Pelo contrário. As conexões aéreas e rodoviárias caíram na pandemia, mas por transporte clandestino ou pessoal prosseguem vivas e ativas.

E a Covid vai na ponta vitaminando aquilo que chamam de ‘interiorização’. Ora, Salvador e o interior são imbricados principalmente pela

BR-324, a Salvador-Feira. E as pressões também.

Em Feira, por exemplo, o maior eixo rodoviário do interior baiano e também o maior centro comercial da Bahia, lugar do primeiro caso, Colbert Martins (MDB), o prefeito, que é médico, vinha bem, abriu, e ontem fechou pela terceira vez.

A questão é que no Brasil a briga é entre salvar vidas e CNPJs. Mundo afora, quem optou pelos CNPJs pagou caro em vidas. Rui e Neto não querem isso, mas alguns ficam meio lá, meio cá e os dois no meio.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

●● **Temos duas posições. O governo federal quer só prorrogar o Fundeb. Nós queremos tirá-lo das disposições transitórias e colocá-lo em um texto central da Constituição**

Lídice da Mata

Deputada federal do PSB da Bahia, ao defender a inclusão permanente do fundo da educação básica na lista de investimentos obrigatórios da União, em vez de renovar o prazo que expira em dezembro

De fora pra dentro

O interior baiano pode se tornar o grande entrave para a reabertura gradativa de atividades suspensas em Salvador durante a pandemia, anunciada ontem pelo governador Rui Costa (PT) e o prefeito ACM Neto (DEM). Levantamento obtido pela Satélite aponta que, apenas nas Unidades de Pronto Atendimento da capital, 686 pacientes de outras cidades do estado deram entrada com covid-19 do início de maio até 15 de junho. O número atual deve ser bem maior, já que a conta não inclui o saldo do período junino, quando há um alto fluxo nas demais regiões da Bahia. Como o plano de retomada dependerá basicamente da redução na taxa de leitos ocupados, a demanda extra gerada por pessoas do interior que buscam tratamento contra a doença em Salvador tende a atrasar o processo.

VIZINHANÇA DE RISCO

Em relação aos municípios dos pacientes de fora atendidos nas UPAs da capital, os da Região Metropolitana respondem pela maioria dos casos. Lauro de Freitas, sozinha, soma 323 registros, quase metade do volume vindo do interior.

Porteira aberta

Em recente avaliação interna sobre o quadro da pandemia na cidade, ACM Neto alertou para a necessidade de que prefeitos do interior, principalmente da Região Metropolitana, endureçam também as medidas contra o coronavírus. Do contrário, ressaltou, Salvador pode demorar mais a baixar a curva de ocupação dos leitos, por causa da sobrecarga adicional no sistema de saúde do município. No entanto, Neto determinou aos gestores das UPAs que mantenham as portas abertas para pacientes infectados de outras cidades e proibiu recusa no atendimento motivada por origem, embora tenha avisado sobre a iminência de um colapso se não houver controle rígido no interior.

Aperto de cima

O relator da Operação Faroeste no STJ, ministro Og Fernandes, recomendou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que assuma a investigação interna contra magistrados presos ou afastados por suspeita de integrar um esquema de venda de sentenças. O pedido tem como pano de fundo a irritação com a demora do TJ da Bahia em apurar o caso. Desde março, três comissões de sindicância instaladas foram dissolvidas e os 13 desembargadores convocados se negaram a tocar o trabalho. Agora, a tendência é de que o CNJ tome as rédeas.

Numa boa

Presente ao encontro de cartolas da Série A com o presidente na terça-feira da semana passada, dias antes de Jair Bolsonaro testar positivo para covid, o presidente do Bahia, Guilherme Bellintani, se mostrou despreocupado com a probabilidade de ter contraído o vírus. Em conversa com a coluna, disparou: "Tô beleza. Sem sentir nada. Corri 12 quilômetros hoje (ontem)". Pelo sim pelo não, Bellintani garantiu que fará, depois de amanhã, o exame de rotina realizado no elenco tricolor.

Fumaça cara

A Souza Cruz, gigante da indústria do tabaco no Brasil, levou ao Supremo o duelo judicial com o governo do estado em torno da cobrança de ICMS sobre a venda de cigarros na Bahia. Em jogo, está uma conta milionária em impostos.

Fumaça cara

A Souza Cruz, gigante da indústria do tabaco no Brasil, levou ao Supremo o duelo judicial com o governo do estado em torno da cobrança de ICMS sobre a venda de cigarros na Bahia. Em jogo, está uma conta milionária em impostos.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 08/07/2020	Página:

Correio*

PAINEL COM DADOS DO VÍRUS EM TEMPO REAL É LANÇADO

TECNOLOGIA Um painel com dados epidemiológicos sobre o novo coronavírus na Bahia, com atualização em tempo real, foi disponibilizado ontem, pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesab). A ferramenta de business intelligen-

ce (B.I.) auxilia os gestores estaduais no processo de decisões desde o início da pandemia e vinha sendo aperfeiçoada para acesso público. A iniciativa pode ser conferida no site da Sesab: [\[ba.gov.br/\]\(http://www.ba.gov.br/\). De acordo com a diretora da Vigilância Epidemiológica do estado, Márcia São Pedro, o painel “possibilita analisar o crescimento de novos casos, identificar quais municípios carecem de atenção e avaliar tendências”.](http://www.sau-</p></div><div data-bbox=)

GOVERNO FARÁ 3 MIL TESTES DIÁRIOS NO ESTADO

AMPLIAÇÃO Como estratégia para conter o avanço do novo coronavírus na Bahia, o governador Rui Costa anunciou ontem que o estado irá aumentar o número de testes realizados diariamente. “Hoje [ontem] conversei com o secretário estadual de Saúde [Fábio Vilas-Boas] e iremos trabalhar com o número máximo de testes e devemos processar 3 mil testes de RT-PCR todos os dias. A Bahia, inclusive, é o segundo estado no país em número de realização desse tipo de teste que é o mais seguro para detecção da doença. Já fizemos mais de 100 mil testes e vamos seguir ampliando a testagem”, afirmou o governador, durante uma live realizada no início da noite, pelas redes sociais.

Gil Santos

REPORTAGEM

gilvan.santos@redebahia.com.br

Depois de quase quatro meses de pandemia, Salvador começa a esquematizar os primeiros passos para a retomada das atividades econômicas. O planejamento foi divulgado na manhã de ontem, em entrevista coletiva conjunta do governador Rui Costa (PT) e do prefeito ACM Neto (DEM). Os setores foram divididos em três grandes grupos e cada um vai começar a funcionar de acordo com a taxa de ocupação dos leitos para pacientes com covid-19.

As regras são simples. Até a última segunda-feira (6), Salvador estava com 79% dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ocupados. A primeira fase será ativada quando esse número cair para 75% e permanecer assim por cinco dias seguidos. Governo e prefeitura estimam que isso irá ocorrer até o final do mês de julho, porque novos leitos serão inaugurados nos próximos dias.

Quando a taxa estiver em 75% vão poder voltar a funcionar as atividades econômicas da fase 1: shoppings centers, centros comerciais, lojas com mais de 200 metros quadrados, templos religiosos e igrejas e drive in. A reabertura não significa liberação total. Os shoppings, por exemplo, vão funcionar de segunda-feira a sábado, das 12h às 20h. E as lojas de rua de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h.

Segundo o prefeito ACM Neto, o objetivo é evitar tumulto no transporte público. "A gente foi escalonando os horários exatamente para não haver confusão no transporte público de uma vez só. Estamos tentando escapar dos horários de pico. Vejam que a abertura e o fechamento dos shoppings acontecem antes e depois do horário de pico para não combinar com outras atividades econômicas e não gerar confusão no transporte público", afirmou o gestor.

Ainda no exemplo dos shoppings, as praças de alimentação vão operar apenas no sistema delivery e de take away (quando o cliente retira o alimento no restaurante). Não será permitido, ao menos nessa primeira fase, que as pessoas ocupem mesas e cadeiras para lancher ou almoçar.

Os estacionamentos acima de dez vagas só poderão operar com 50% da capacidade, e os shoppings terão que respeitar o limite de 5 metros quadrados por pessoa em cada loja. Todos os trabalhadores precisam ser testados para a Covid-19 a cada 21 dias. Os shoppings terão responsabilidade solidária pelo cumprimento dos protocolos junto aos lojistas.

FASE 2

Quando o número de leitos ocupados em Salvador estiver em 70%, e permanecer assim por cinco dias seguidos, será o



Veja como vai ser a retomada econômica

Governo e prefeitura apresentam protocolos e critérios para a reabertura das atividades comerciais

momento de ativar a fase 2. Reabrem academias de ginástica, barbearias, salões de beleza, centros culturais, museus, galerias de arte, e tem início a etapa 2 da primeira fase. Será nesse momento também que bares e restaurantes voltarão a funcionar.

A terceira e última fase só vai entrar em operação quando a taxa de ocupação estiver em 60% e permanecer assim por cinco dias consecutivos. Aí entram em funcionamento par-

ques de diversão e temáticos, teatros, cinemas, casas de espetáculos, clubes sociais, recreativos e esportivos, e centros de eventos e convenções.

A divisão das atividades nessas três fases levou em consideração o risco de transmissão do novo coronavírus e a importância econômica de cada uma delas. Mas o governador e o prefeito frisaram que cada seguimento tem protocolos específicos de funcionamento que terão que



“Não tenho dúvida que a decisão de fazermos um protocolo conjunto foi a mais acertada. Poucos estados e capitais juntaram as suas equipes técnicas para apresentar um único plano ACM Neto

Prefeito de Salvador



O número (ocupação de leitos de UTI), apesar de ter se estabilizado, continua muito alto. Por isso, não podemos nos desmobilizar, e contamos com o apoio e compreensão da sociedade Rui Costa

Governador da Bahia

ser seguidos à risca, e que caso haja necessidade o serviço pode voltar a ser suspenso.

PRAIAS E ESCOLAS

No caso das praias e das escolas, a prefeitura informou que está sendo feita uma análise à parte e que essas atividades terão protocolos independentes das três fases anunciadas ontem. ACM Neto contou que o planejamento foi feito em conjunto pelas equipes da prefeitura e do go-

verno, e finalizado na manhã do último domingo.

“Não tenho dúvida que a decisão de fazermos um protocolo conjunto foi a mais acertada. Poucos estados e capitais do Brasil juntaram as suas equipes técnicas para apresentar um único plano. Os últimos dias foram de muito trabalho e muito diálogo, e gostaria de agradecer as equipes da prefeitura e do governo do estado pelo resultado. O protocolo que será me-



NARA GENTIL

CRONOGRAMA

- **Primeira fase** Será acionada quando a taxa de ocupação dos leitos de UTI ficar abaixo de 75%. O que abre: shopping, comércio de rua acima de 200 m², templos religiosos e igrejas e drive in.
- **Segunda fase** Será acionada quando a taxa de ocupação dos leitos de UTI ficar abaixo de 70%. O que abre: academias de ginástica, barbearias, salões de beleza, centros culturais, museus, galerias de arte, lanchonetes, bares e restaurantes.
- **terceita fase** Será acionada quando a taxa de ocupação dos leitos de UTI for menos menor do que 60%. O que abre: parques de diversões e parques temáticos, teatros, cinemas e demais casas de espetáculos, clubes sociais, recreativos e esportivos e centros de eventos e convenções.
- **Regras gerais do protocolo** Manter distância mínima de 1,5m entre qualquer pessoa; Demarcar no chão as posições de fila e assentos de espera /atendimento; Limitação de acesso aos elevadores a 30% da capacidade; Disponibilizar kit completo para higienização nos banheiros, dentre outras

lhor para todos, para a compreensão geral da sociedade, para os setores diretamente afetados pelas decisões comuns, e acima de tudo para dar segurança e transparência a todas as decisões que serão tomadas de agora em diante”, afirmou o prefeito.

Dentre as regras do protocolo geral que todos os setores autorizados a funcionar devem seguir estão: manter distância mínima de 1,5m entre qualquer pessoa; demarcar no chão as posições de fila e assentos de espera/atendimento; viabilizar atendimento diferenciado para grupos de risco; instalar barreira de acrílico no caixa; disponibilizar kit completo para higienização nos banheiros (álcool em gel a 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, além de sabonete líquido e toalhas de papel não reciclado), dentre outras.

CENÁRIO

O governador Rui Costa foi o primeiro a falar na coletiva e apresentou dados positivos. Ele disse que, atualmente, a Bahia ocupa o 21º lugar em total de contaminados para cada 100 mil habitantes, na comparação dos 26 estados e Distrito Federal.

São 593 casos para cada 100 mil moradores. O governador afirmou também que apesar de o estado corresponder a 7% da população brasileira, somente 3,3% do total de óbitos no país aconteceram na Bahia. Mas o governador

Fase Um de retomada das atividades econômicas em Salvador prevê reabertura de shoppings centers e grandes lojas

chamou atenção para outro ponto.

“Estamos há mais de 30 dias mantendo um padrão de crescimento no número de casos que tende à estabilização na Bahia. O problema é que estamos em um patamar muito alto, apesar da taxa de contaminação estar baixa, ainda não entramos em uma curva de declínio dos casos absolutos e de óbitos, ainda não houve retração expressiva da demanda de leitos. Precisamos que a pessoas sejam conscientes, usem a máscara, respeitem o isolamento e procurem o serviço médico antes que o caso se agrave a ponto de precisarem de um leito de UTI”, afirmou.

O governador Rui Costa falou também sobre o impacto das aglomerações durante as festas juninas. Segundo ele, em 20 cidades, o aumento no número de casos foi de 100%, e outros 30 municípios tiveram crescimento de até 60% na quantidade de doentes.

“As pessoas que se encontraram em suas casas, em seus sítios e comunidades, para fazer algum tipo de confraternização em família, e tiveram contato com alguém contaminado, logo apareceram contaminadas. Então, tivemos crescimento de casos em muitas cidades da Bahia, algumas com taxas bastante expressivas. Isso não foi suficiente, felizmente, para mudar a média estadual, mas impactou a realidade de muitos municípios”, disse o governador.

Estamos seguros de que os shoppings estão preparados para receber as pessoas com toda a segurança e com todas as recomendações das autoridades sanitárias
 Edson Piaggio

Coordenador regional para o estado da Bahia da Abrasce

Entendemos que Salvador tem uma capacidade de reabrir suas atividades com toda a cautela possível. Estamos há 4 meses com nossas empresas fechadas
 Carlos Andrade

Presidente da Fecomércio

A análise precisa ser sobre o colapso da saúde, mas também um colapso das empresas, que vai depender ainda de novas formas de consumo. Achar essa equação é o desafio
 Luiz Henrique do Amaral

Presidente executivo da Abrasel-BA

Se tenho UTIs com 80% seria uma incongruência abrir o comércio porque pessoas em estado grave poderiam não ter atendimento e mais gente pode morrer
 Nilse Querino

Infecologista

Shoppings vão medir temperatura dos clientes

O coordenador regional para Bahia da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Edson Piaggio, afirmou ao CORREIO que a entidade já havia preparado um protocolo, que recebeu o aval da equipe de infectologia do Hospital Sírio-Libanês, apontando diretrizes de funcionamento para os shoppings, que, nas palavras dele, oferece “um dos lugares mais seguros que se pode ir”.

O protocolo encomendado pela Abrasce prevê medição de temperatura de todos no shopping, orientação e informação de como se comportar no interior e fora das dependências dos estabelecimentos e limitação no fluxo de pessoas dentro dos corredores e no interior das lojas.

Já o presidente da Federação do Comércio (Fecomércio-BA), Carlos Andrade, entende que Salvador tem infraestrutura para reabrir suas atividades da primeira fase antes dos 75% e diz que durante os próximos cinco dias vai tentar negociar com município e estado uma revisão desse número.

“Nós priorizamos a vida e valorizamos que todas as equipes do poder público estão dialogando conosco. No entanto, entendemos que Salvador tem uma capacidade de reabrir suas atividades com toda a cautela possível”, diz.

O prefeito ACM Neto disse que as decisões que estão sendo tomadas pela prefeitura e governo do estado são técnicas, acompanham os critérios científicos. “Não é a minha vontade como gestor, a vontade do governador. A nós cabe mediar”, explicou Neto. “O foco é assegurar que não haja falta de leito hospitalar para atender a todos os pacientes que precisem”.

ACM Neto anunciou que com ajuda do governo vai aumentar em 75 leitos de UTI para covid-19 em Salvador. A prefeitura vai disponibilizar os respiradores e ajudar nos custos para instalar 25 leitos no hospital de campanha na Arena Fonte Nova. Ele destacou também que serão disponibilizados 350 leitos clínicos para tratamento de pacientes com problemas respiratórios;

Sindicato defende distribuição de protetor facial

O Sindicato dos Comerciantes em Salvador vê com cautela as medidas anunciadas ontem. Diretor jurídico do órgão, Alfredo Santiago entende que as medidas ainda são insuficientes para garantir um ambiente de trabalho seguro. “Seria mais eficaz a distribuição das máscaras e do protetor facial para trabalhadores e consumidores, dessa forma o vírus não circulará pelos shoppings e nos ônibus, permitindo uma estabilização nas taxas de ocupação dos leitos”, afirma o sindicalista.

O sindicato alega que há relato de trabalhadores do drive thru e de comércio de calçados que foram contaminados, portanto entendem que é necessário ter protocolos e garantia de equipamentos. Temos uma preocupação que os pequenos lojistas não terão como arcar com esses custos, estão sem fluxo de caixa e como irão fornecer os EPI’s, do álcool em gel, higienização e da testagem de 21 em 21 dias? Essa obrigação tem que ser dos shoppings pelo menos nos primeiros meses”, aponta Alfredo Santiago.

A preocupação com a periodicidade das testagens também é presente no depoimento de Paulo Motta, presi-

dente do Sindicatos dos Lojistas da Bahia (Sindilojas). Mas esse não é o único incômodo. Motta alega que o protocolo surge como uma medida inconsistente porque não tem uma referência clara de “de como as empresas vão poder se adequar e sobreviver às exigências” impostas pelo Plano de Reabertura”.

“Condicional a [retornar após] uma redução de taxa, não há nem como a gente projetar e se organizar sobre quando poderemos entrar em funcionamento. Como negociar com fornecedores, comerciantes sobre quando funcionar? Se você compra a mercadoria e fica indefinida a entrada em funcionamento você perde o que negociou com o fornecedor”, diz Motta.

Presidente executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-BA), Luiz Henrique do Amaral, diz que o setor está acompanhando atentamente a discussão sobre a retomada, mas defende que o entendimento sobre esse processo junto ao poder público deve não só se basear “em critérios de saúde para salvar vidas, mas garantir também a sobrevivência das empresas”.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 08/07/2020	Página:

Correio*

CONQUISTA E ILHÉUS VOLTARÃO A RECEBER VOOS DA AZUL

EM AGOSTO As cidades de Vitória da Conquista, no sudoeste, e Ilhéus, no sul do estado, vão voltar a receber voos da Azul em agosto. O plano da companhia aérea é operar, no mês, 303 voos diários. Conquista terá voos diretos para Campinas (SP) a partir do dia 3 de agosto. As frequências serão às segundas, quartas, sextas e domingos. Já Ilhéus terá voos às terças, quintas, sextas e sábados para Belo Horizonte (MG) a partir do dia 18 do mesmo mês. Porto Seguro voltará a receber voos da Azul, com ligações diretas para Belo Horizonte, ainda neste mês, a partir do dia 21. Já para Campinas será a partir do dia 25. Segundo a Azul, todos os novos voos seguirão os protocolos e medidas de higiene.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 08/07/2020	Página:

Correio*

Planos de saúde perdem 283 mil clientes em dois meses

CRISE Os planos de saúde no Brasil perderam 283 mil clientes em dois meses, segundo balanço divulgado ontem pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Em maio, o número de beneficiários caiu para 46,829 milhões de pessoas, contra 47,113 milhões no final de março. A redução do número de clientes ocorre em meio à pandemia de coronavírus e aumento do desemprego no Brasil.

Em maio do ano passado, o número de clientes estava em 46,956 milhões. A quantidade de clientes dos planos de saúde vem caindo desde 2015. Somente em 2018, houve uma estabilidade nos números. Em 2019, houve uma perda de 60,4 mil clientes. Em dezembro de 2014, o setor chegou a reunir

46,82
milhões é o total de beneficiários de planos de saúde no país, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar

50,49 milhões de clientes.

Apesar da queda do número de clientes nos últimos em abril e maio, a ANS avalia que o cenário é de estabilidade. "No geral, o setor manteve a tendência de estabilidade, com pequenas oscilações em relação aos meses anteriores. Cabe ressaltar que os números podem sofrer modificações retroativas em função das revisões efetuadas pelas operadoras", afirmou a agência, em nota.

A perda de beneficiários tem sido puxada pela diminuição dos planos individuais. Em maio, essa modalidade de contratação tinha 8,95 milhões de clientes, ante 9,042 milhões em igual mês de 2019. Nos planos coletivos empresariais, o número de beneficiários caiu para 31,609 milhões – 61 mil pessoas a menos na comparação anual.

Já o número de clientes na

segmentação exclusivamente odontológica cresceu no país e chegou a 25,373 milhões – alta de 979 mil na comparação anual. Em maior do ano passado, eram 24,394 milhões.

Os números a ANS mostram ainda que existem atualmente 739 operadoras em atividades no país com 17.692 planos ativos.

Em nota, a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) disse que "o cenário econômico do Brasil é o principal motivo para a redução do número de beneficiários, visto que o setor é diretamente impactado pelo número de empregos formais e renda da população".

Na segmentação exclusivamente odontológica, o setor fechou maio passado com 25.373.475 beneficiários em todo o Brasil. Em igual mês do ano passado, eram 24.394.496.

OI INVESTE MAIS DE R\$ 91 MILHÕES NA BAHIA

TELEFONIA A Oi investiu na Bahia mais de R\$ 91 milhões no primeiro trimestre de 2020, com foco na expansão da fibra ótica. Com a sua estratégia de ampliar o número de casas conectadas com a Oi Fibra, a companhia registrou aumento de 21% no número de clientes no estado de janeiro a março desse ano. A operadora disponibiliza internet por fibra ótica em oito cidades: Salvador, Barreiras, Feira de Santana, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista.

CLARO VAI ATIVAR SINAL DE 5G EM SP E RIO

TECNOLOGIA A aguardada tecnologia de internet móvel de quinta geração (5G) já tem data e local para estrear no Brasil. Ela será ativada terça-feira (14), em São Paulo e no Rio, com a cobertura restrita a alguns bairros. Esta será a primeira rede 5G da América Latina. Por enquanto, a novidade será uma exclusividade da Claro. A operadora vai empregar uma tecnologia desenvolvida pela Ericsson que permitirá à tele ligar o 5G nas frequências já usadas para 4G, 3G e 2G.



miriam leitão

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Mesmos erros na saúde e na doença

O presidente usou até a sua infecção pelo novo coronavírus como parte da campanha de desinformação que vem mantendo desde o início desta pandemia. Jair Bolsonaro tem obsessão pelos seus erros, fica com eles contra toda a evidência factual e científica. Em nenhum momento entendeu qual é o papel do presidente nesta crise, qual é a força do exemplo e a função da representação. Ontem foi apenas mais um dia em que ele mostrou toda a sua coleção de perigosos equívocos. A única diferença é que o seu exame deu positivo para o novo coronavírus.

Quando começou a ter sintomas, o presidente deveria ter se afastado de qualquer atividade presencial. Esse é o primeiro movimento do princípio da precaução. Viajou para Santa Catarina, foi à embaixada americana, carregou ministros militares e civis para essa comemoração, abraçou o embaixador. Na segunda-feira, manteve contato com vários ministros. E já estava tendo febre. Entre eles, o único que tem o hábito de usar máscara é o da Economia, Paulo Guedes. Espero que a tenha usado. Bolsonaro, seu governo e seus seguidores tratam a falta de uso de máscara como um

manifesto, como uma demonstração de coragem. Ele continuou com a mesma atitude imprudente apesar de já estar com os primeiros sintomas.

Bolsonaro não entendeu a primeira lição dos médicos nesta pandemia: a preocupação de cada pessoa consigo mesma é uma forma de ter cuidado em relação aos outros. Não contrair a doença e não ser o vetor, esses são dois objetivos interligados. A cabeça dele é impermeável a muita coisa, como se vê nesta pandemia. Ele continua dizendo que quem tem menos de 40 anos não tem problema, e que as crianças deveriam voltar às aulas. Isso é não entender a dinâmica do contágio. Cada paciente, mesmo que tenha a forma branda da doença, pode contaminar outra pessoa cujo organismo

tenha maior vulnerabilidade.

Ele insistiu ontem na falsa versão sobre o Supremo Tribunal Federal. Disse que o STF decidiu "que essas medidas de isolamento, entre outras, seriam privativas de governadores e prefeitos". Disse que "o presidente da República passou a ser um órgão (sic) que repassava dinheiro". Mais adiante, nessa mesma declaração em que comunicou a alguns jornalistas que estava doente, disse: "eu fui aliado de tomar decisão no tocante ao tipo de isolamento." É falso, o Supremo não o destituiu de suas obrigações e poderes de presidente. Ele tem usado a repetição dessa mentira como parte da sua estratégia de fugir à responsabilidade imposta pela presidência.

Bolsonaro comparou a doen-

ça a uma chuva, que pode molhar todo mundo, fez propaganda da hidroxicloroquina usando a si mesmo como exemplo, e emprestando a ela efeito quase milagroso. Disse que tomou e "poucas horas depois já estava me sentindo muito bem". De noite, postou um vídeo tomando a terceira dose do remédio.

Afirmou que o Brasil é um país continental, com diferenças no clima no Norte e no Nordeste em relação ao Sul. "O vírus se dá melhor em climas mais frios." Isso já foi derrubado pelos fatos. O presidente da República não sabe o que aconteceu em Manaus? O que aconteceu em Fortaleza? Em várias cidades do Norte e do Nordeste? Disse que houve um "superdimensionamento" da doença, mesmo diante da terrível realidade de 66 mil mortos.

Repetiu todos os seus erros de avaliação, análise e comportamento que demonstrou desde o começo da pandemia. Ele repetiu seus equívocos de auto-percepção.

- Eu sou presidente da República e estou na frente de combate. Eu não fujo à minha responsabilidade e nem me afasto do povo, eu gosto de estar no meio do povo - disse Bolsonaro.

Não é verdade. Ele gosta apenas de estar entre os que o apoiam, os que gritam "mito". Ele fugiu da frente de combate, do lugar onde realmente se luta contra o avanço da doença. Bolsonaro fugiu à sua responsabilidade de governante de um país que é o segundo em número absoluto de mortes. Nunca encorajou os médicos e enfermeiros, eles sim na frente de combate, nunca dirigiu palavras de sentimento aos enlutados. Ele chegou ao ponto de cometer crime, como no dia em que estimulou pessoas a invadirem hospitais.

Ao contrair o Sars-CoV-2, Bolsonaro poderia ter tido um momento de reflexão e de correção de rota. Mas ele repetiu os mesmos desatinos que tem cometido desde o início desta pandemia, que nos atinge de forma tão dolorosa.

ECONOMIA**GOVERNO EXCLUI 565 MIL DO AUXÍLIO EMERGENCIAL**

BENEFÍCIO O governo federal anunciou ontem que excluiu do auxílio emergencial 565 mil pessoas. Na lista estão presos e brasileiros que moram no exterior. O grupo de quem recebeu indevidamente tem quase 400 mil funcionários públicos.

A Controladoria-Geral da União descobriu as fraudes cruzando dados do governo federal com os Tribunais de Contas dos estados e identificou que 395 mil servidores públicos em todo o Brasil receberam indevidamente uma ou até duas parcelas do auxílio emergencial, benefício que só deveria ser pago a microempreendedores, autônomos, desempregados ou trabalhadores informais que tiveram a renda comprometida por causa da pandemia.

INVESTIMENTOS TÊM ALTA DE 28,2% EM MAIO

RETOMADA O Brasil registrou, em maio, uma alta de 28,2% nos investimentos na comparação com o mês anterior. Já em relação a maio de 2019, o indicador teve queda de 19,6%. É o que aponta o Indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A FBCF é composta por máquinas e equipamentos, construção civil e outros ativos fixos. Sobre a alta ante abril, o Ipea destacou que “o resultado representou recuperação dos investimentos em relação às quedas verificadas nos dois meses anteriores, resultantes da crise gerada pela pandemia”. Apesar da alta do indicador no mês, o trimestre encerrado em maio fechou com uma queda de 20,6%.

CAIXA E BB JÁ EMPRESTARAM R\$ 3,3 BILHÕES

PRONAMPE A Caixa e o Banco do Brasil já emprestaram R\$ 3,3 bilhões para micro e pequenas empresas por meio do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). Os dados foram divulgados durante reunião da comissão mista de deputados e senadores que analisam os impactos do coronavírus no país. O Pronampe foi criado pelo governo para oferecer empréstimos para empreendedores individuais, micro e pequenas empresas. Os recursos são emprestados pelos próprios bancos e têm garantia do Fundo Garantidor de Operações, um fundo público. Em caso de prejuízo, o governo cobrirá até 85% das perdas totais.

MP reduz indenizações a passageiros de avião

MEDIDA PROVISÓRIA A Câmara aprovou, ontem, o texto-base da Medida Provisória (925) de socorro ao setor aéreo. A votação foi simbólica, sem contagem de votos. Deputados não chegaram a votar os destaques, pedidos de alteração ao texto. Essa análise será feita só hoje. Depois da conclusão dessa fase, a proposta irá ao Senado. A pedido do Ministério da Infraestrutura, o relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), diminuiu as possibilidades do consumidor pedir indenização por danos morais e materiais.

Caso a mudança seja confirmada por senadores e pelo presidente Jair Bolsonaro, para ter direito à indenização, o passageiro terá de comprovar o prejuízo que sofreu. Também deverá demonstrar que a responsabili-

700

a 800 milhões de reais é quanto as companhias aéreas brasileiras gastam, por ano, com indenizações de passageiros

dade pelo problema foi da companhia. As empresas reclamam que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem considerado presumidos os danos morais por atrasos e cancelamentos de voos. Nesse caso, não é exigida a comprovação do prejuízo causado ao passageiro nem que o problema tenha sido provocado pela aérea.

A companhia não poderá ser condenada quando o dano for causado por "caso fortuito ou força maior", como pandemia e problemas meteorológicos ou de infraestrutura de aeroportos.

A proposta determina ainda que as companhias aéreas terão prazo de até 12 meses para devolver aos consumidores o valor das passagens compradas entre 19 de março e 31 de dezembro de 2020 e canceladas em razão do agravamento da pandemia.

Pelo texto do relator, o consumidor terá ainda a op-

ção de receber crédito, ao invés de reembolso, que poderá ser utilizado até 18 meses, a contar de seu recebimento. Na proposta original do governo esse prazo era menor, de 12 meses.

Caso o consumidor desista de voo realizado neste período, o passageiro poderá optar pelo reembolso em 12 meses, mas sujeito ao pagamento de eventuais penalidades contratuais. Já se a opção for pelo recebimento do crédito, não haverá incidência de qualquer penalidade.

Esses prazos não se aplicam ao consumidor que desistir do voo no prazo de 24 horas a contar do recebimento do comprovante de compra de passagem adquirida com antecedência igual ou superior a sete dias em relação à data de embarque. Nesses casos, vale a regulamentação da Anac, segundo a qual o prazo do reembolso é de sete dias a partir da solicitação.

Petrobras anuncia reajuste de 5% para a gasolina

COMBUSTÍVEL A Petrobras anunciou ontem um reajuste médio de 5% no preço do litro da gasolina vendida nas refinarias. O novo valor entra em vigor hoje. O preço do diesel não sofreu reajuste.

Segundo levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural

e Biocombustíveis (ANP), entre os dias 28 de junho e 4 de julho, o preço médio da gasolina comum nos postos de abastecimento do país foi de R\$ 4,064. O preço médio do diesel S-500 ficou em R\$ 3,147 e o etanol, em R\$ 2,737. O valor do botijão de 13 quilos dok gás de cozi-

nha foi de R\$ 69,85.

Os preços são referentes ao valor vendido para as distribuidoras a partir das refinarias. O valor final ao motorista depende do mercado, já que cada posto tem sua própria política de preços, sobre os quais incidem impostos, custos e de mão de obra.

Tribuna

Geraldo Jr. defende medidas para recuperação do setor produtivo



VEREADOR
afirmou que
empresários
sofrem com a
crise

REDAÇÃO

O presidente de Câmara de Salvador, Geraldo Júnior (MDB), defendeu, ontem, medidas para a recuperação do setor produtivo na capital baiana. "Como sempre temos dito, chegou a hora, depois de mais de três meses de crise, de pensarmos a cidade. É hora de sacudir a poeira e criarmos mecanismos de recuperação para o setor produtivo", disse Geraldo, ao lembrar que empresários fecharam as portas de seus negócios e famílias passaram a "chorar o desemprego e a ver a

fome bater à sua porta". "No dia de ontem, pedimos ao prefeito e o entregamos um abaixo-assinado, contendo mais de 2000 assinaturas de empresários, de todas as modalidades, que empregam mais de 80% da mão de obra local, clamando por incentivos para estabelecer o funcionamento de seus comércios".

O presidente da Câmara lembra que o prefeito ACM Neto vai anunciar 100 medidas de incentivo e fomento às atividades econômicas da capital baiana, "combalidas por essa crise sem precedentes neste século".

"Nós, que intermediamos com o prefeito diversas reuniões e encontros diários, ponderando e demonstrando o grave quadro da economia, sabíamos que iríamos contar com sua sensibilidade e muitos de nossos pleitos estão contidos nessas medidas a serem anunciadas hoje".

Ainda segundo Geraldo Júnior, o programa de recuperação será voltado às médias, micro e pequenas empresas, além dos empreendedores individuais. "São metas e prioridades da administração municipal que envolvem isenções e subsi-

dios para a recuperação desses setores", prevê. Em reunião com o presidente da Câmara de Salvador, micro e pequenos empresários entregaram, na última segunda, um abaixo-assinado solicitando o adiamento ou parcelamento dos tributos municipais. No documento, os autores argumentam que a crise econômica atual dificulta o pagamento imediato das taxas de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto Sobre Serviço (ISS) e a Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF)

Tribuna

Maia defende intervenção nos juros e bancos afundam

REDAÇÃO

O setor bancário teve forte queda na tarde de ontem e figurou entre os destaques de baixa do Ibovespa, impactado pelas declarações do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que defendeu o fim da taxa de juros do cartão de crédito e cheque especial. Por volta das 14h10, Itaú Unibanco PN recuava 4,4%, Santander units (-3,99%), Bradesco ON (-3,86%), Bradesco PN (-3,75%) e Banco do Brasil ON (-3,55%).

O setor tem forte peso no Ibovespa, em torno de 20%, e contribui para a queda de 1,32%, aos 97.632 pontos. "Tem que acabar essa taxa de juros do cheque especial e tem que acabar a taxa de juros do cartão de crédito. O cartão de crédito parece mais simples, porque esse negócio do parcelado sem juros é



uma grande falácia que acaba gerando uma taxa de juros brutal. Isso vai ter que ser discutido, polêmico, mas vai ser discutido", disse Maia, em live organizada pela Genial Investimentos.

Tribuna

Rui entrega obra de contenção de encosta em Capelinha

Mais uma obra de contenção de encosta foi entregue pelo governador Rui Costa, ontem, desta vez para quase quatro mil moradores que vivem no entorno da rua da Jaqueira, no bairro Capelinha de São Caetano, em Salvador. A intervenção contou com um investimento de R\$ 4,6 milhões.

Segundo o governador, a região de Capelinha de São Caetano parece muito com a Liberdade, onde ele nasceu. "A topografia é muito íngreme, e hoje nós estamos entregando aqui mais 8.600 metros quadrados de contenção de encostas, um investimento de R\$ 4,6 milhões". Ainda de acordo com Rui, ao ver a obra pronta, descobre-se que ainda tem muito o que fazer. "Salvador é assim, a gente vai fazendo e vai descobrindo que ainda tem muito o que fazer. Eu já determinei que fossem feitos os projetos para os trechos que faltam, e agora vamos correr atrás dos recursos, pois, este ano e no ano que vem, nós vamos licitar mais obras de

contenção de encostas".

De acordo com o diretor de Habitação da Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder), Maurício Mathias Moraes, o programa de encostas do Governo do Estado contempla mais de 120 encostas, das quais 59, contando com a que foi entregue hoje, estão concluídas em diversos bairros de Salvador, Lauro de Freitas e Candeias.

No total, 114 áreas de Salvador e Candeias estão sendo beneficiadas com obras de estabilização de encostas. Além de captar recursos da ordem de R\$ 156 milhões do PAC - Prevenção de Desastres Naturais - do Governo Federal, para eliminar os riscos em 98 pontos de riscos alto ou muito alto, o Governo do Estado estendeu os benefícios a outras três áreas de Candeias e mais 13 da capital baiana. São localidades com registros de deslizamento ou onde estão sendo executados projetos de urbanização integrada, que incluem serviços de contenção.

Tribuna

Polícia Federal deflagra operação para investigar fraudes no INSS na Bahia

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

Uma quadrilha organizada, envolvendo servidores e intermediários – que fraudavam o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – foi desmantelada, nesta terça-feira 7, pela Superintendência Regional da Polícia Federal, com sede em Salvador. A fraude começou em 2018, e causou prejuízos iniciais no valor de 4 milhões de reais, relativos à cerca de 80 benefícios previdenciários suspeitos. “Esses números, muito

provavelmente aumentarão, com o avançar das investigações e a identificação de outras fraudes”, adiantou o delegado Marcelo Siqueira, responsável pela operação “Teia de Aranha”. Além da Capital baiana, a quadrilha atuava, ainda, nas cidades de Candeias e Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, fraudando benefícios, especialmente o ‘auxílio-doença’, realizando manipulações em perícias médicas, em troca de vantagens financeiras indevidas.

EXTORSÃO

E foi a partir de uma denúncia de uma pessoa, que

estava doente, e se negou a ser extorquida, que a investigação da PF começou no ano passado. Nesta terça-feira 7, com a eclosão da operação, 17 medidas judiciais foram realizadas e duas pessoas presas pela manhã. No final da tarde, estava prevista a apresentação de uma outra pessoa, que seria acompanhada por um advogado. Entretanto, já estava decidido que ela seria presa, na hora; enquanto o médico-perito se encontra em recolhimento domiciliar, sem direito a sair à noite e nos finais de semana, desde o início da operação.



INVESTIGAÇÃO

Fraude que começou em 2018 causou prejuízo de R\$ 4 milhões na Previdência

Na informação da PF houve um caso exemplar dessa fraude. “Um contribuinte, que sequer estava doente, recebeu durante seis meses o benefício do ‘auxílio-doença’ no valor de

R\$3.500”. O delegado da operação, em entrevista a uma emissora de TV local, afirmou ainda que, “em geral, as pessoas não tinham a doença que diziam ter. Mas, há casos de outras

pessoas, que tinham alguma doença e, por algum motivo, quiseram agilizar o atendimento e acabaram se utilizando de meios ilícitos para conseguir”, pontuou.

mercado coronavírus



Avião parado no aeroporto de Santiago durante a pandemia do coronavírus

Câmara aprova texto-base de MP de socorro a aéreas

Medida para apoiar empresas reduz saques do FGTS a trabalhadores do setor

Danielle Brant e Isabella Macedo

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça (7) texto-base da medida provisória que prevê socorro a companhias aéreas e a possibilidade de pilotos de avião e trabalhadores do setor saquem recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

A proposta segue ao Senado. Se não houver alterações, vai à sanção presidencial. A MP, que perde validade em 16 de julho, foi desenhada para apoiar companhias aéreas, que viram uma queda brusca em suas receitas por causa da redução de fluxo de viagens em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

As empresas demonstram preocupação com a atual percepção negativa da imagem do Brasil no exterior, devido às questões socioambientais. Essa percepção negativa tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva

até sete dias. Ele poderá usar o transferê-lo para terceiros para compra de produtos ou serviços oferecidos pela aérea em até 18 meses a partir de recebimento do crédito. Quem desistir do voo no período de 19 de março a 31 de dezembro poderá escolher receber o reembolso, mas deverá pagar eventuais multas ou penalidades contratuais. Também poderá obter crédito com valor correspondente ao da passagem, sem incidência de penalidades.

O relator do texto, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), aliviou uma das queixas da Caixa Econômica Federal referente ao saque do FGTS. Inicialmente, o parlamentar havia estipulado que pilotos e demais trabalhadores do setor em licença não remunerada, com contrato de trabalho suspenso ou redução de jornada e salário pudessem fazer saques mensais do Fundo até alcançar valor equivalente à média simples de seus salários nos 12 meses anteriores.

Para o advogado Victor Hanna, do escritório Demarest, o texto dá fôlego para as aéreas. Ele destaca o dispositivo da MP que estabelece as diretrizes para indenização de consumidores. O texto condiciona a indenização por falha na execução do contrato a que o passageiro comprove a efetiva ocorrência do prejuízo e de sua extensão.

Acordo da Latam com tripulantes fica travado

Fernanda Perrin

SÃO PAULO As negociações do acordo coletivo entre Latam Brasil e tripulantes estão travadas em razão da proposta da empresa de alterações permanentes na remuneração da categoria, para além da redução temporária em decorrência da pandemia.

Diferentemente dos acordos fechados pelo Sindicato dos Aeronautas (SNA) com Azul e Gol, que prevêm redução de jornada e salário pelos próximos 18 meses com estabilidade para os funcionários, a Latam quer incluir na mesa mudanças permanentes na remuneração de pilotos e comissários.

Em carta a Mourão, empresas pedem combate a desmatamento

Thais Carranza, Daniel Carvalho e Lara Lemos

SÃO PAULO e BRASÍLIA Um grupo formado por 36 companhias e quatro organizações empresariais protocolou nesta segunda-feira (6), junto à Vice-Presidência da República e ao Conselho Nacional da Amazônia Legal, presidido pelo vice-presidente Hamilton Mourão, uma carta pedindo o combate "infl-

xível e abrangente" ao desmatamento ilegal na Amazônia e demais biomas brasileiros. As empresas demonstram preocupação com a atual percepção negativa da imagem do Brasil no exterior, devido às questões socioambientais. Essa percepção negativa tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva

para o desenvolvimento de negócios e projetos fundamentais para o país", escrevem. As companhias também sugerem ações para apagar a reação negativa de investidores e consumidores estrangeiros. Segundo o grupo, o documento também será protocolado no STF (Supremo Tribunal Federal), no Senado, na Câmara e na PGR (Procuradoria Geral da República).

"Já recebi a carta. Este grupo tem mantido contato comigo há algum tempo e todos os pontos que estão colocados ali, naquele documento, vão de encontro aos objetivos do Conselho da Amazônia", disse Mourão. "Então, estamos fechados, juntos". O vice-presidente também comentou a decisão do MPF (Ministério Público Federal) que, na segunda (6) pediu que

a Justiça Federal afaste Ricardo Salles do comando do Ministério do Meio Ambiente. O pedido faz parte de uma ação civil pública movida por 12 procuradores da República, que acusam Salles de "destruturação dolosa das estruturas de proteção ao meio ambiente". Para Mourão, esse tipo de processo "não tem condição de prosperar porque coloca que o ministro incorre numa improbidade administrativa", então, para o vice-presidente trata-se de "algo que é mais político que qualquer outra coisa".

Acordo entre UE e Mercosul pode ir a votação em outubro

O acordo de livre comércio estará pronto em outubro para ser votado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (líderes dos 27 membros da UE), afirmou Phil Hogan, o comissário responsável por comércio do bloco europeu. Ele disse que a Comissão (Poder Executivo do bloco) já terminou o trabalho político e a revisão legal dos textos para serem enviados a Parlamento e Conselho.

ABRAME - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA E SEGURANÇA. Av. Paulista 375 - 12º andar - Conj. 1211 - CEP: 01311-011 - São Paulo - São Paulo, SP. Tel: (11) 3175-1182

Banco Safra S.A. - CNPJ nº 06.938.001/0001 - R. J. 200, 210-3, 990. Banco Safra S.A. - CNPJ nº 06.938.001/0001 - R. J. 200, 210-3, 990. Banco Safra S.A. - CNPJ nº 06.938.001/0001 - R. J. 200, 210-3, 990.

ASSINE A FOLHA folha.com/assine

PERNAMBUCO SECRETARIA DE SAÚDE. PROC. Nº 1232002 - INE. Nº 096002 - OBJ. CANCEL. DE PREST. DE SERV. DE SAÚDE TRANSPLANTE DE CORNÉIA. TRANSPLANTE DE CORNÉIA SEM CIRURGIA CONVENCIONAL.

ABRAME - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA E SEGURANÇA. Av. Paulista 375 - 12º andar - Conj. 1211 - CEP: 01311-011 - São Paulo - São Paulo, SP. Tel: (11) 3175-1182

HESP S.A. - Novo Estrepto de São Paulo. CNPJ nº 14.097.709/0001 - R. J. 200, 210-3, 990.

Fundação Zerbini. CNPJ nº 06.938.001/0001 - R. J. 200, 210-3, 990.

COMITÊ DE APROVAÇÃO DE MANEIRAMENTOS DE INTERFERÊNCIA - SERVIÇOS DE CANCELAMENTO DE RESERVAÇÃO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 454/2019. Processo Nº 11232002 - INE Nº 096002.

HESP S.A. - Novo Estrepto de São Paulo. CNPJ nº 14.097.709/0001 - R. J. 200, 210-3, 990.

Lar Sirio Pro Infância. CNPJ nº 06.938.001/0001 - R. J. 200, 210-3, 990.

saúde coronavírus

Reabertura da economia acontece de forma gradual na maioria das cidades

Levantamento com 81 municípios mostra como ocorre a retomada das atividades pelo país

PORTO ALEGRE, SALVADOR, RIBEIRÃO PRETO, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, RECIFE, CURITIBA E MANAUS Aberto, mas nem tanto. Fechado, mas funcionando. Diante da pandemia, mas também do medo de seus comerciantes irem à falência, cidades brasileiras tentam fazer uma ginástica para reabrir comércio, lojas, bares, restaurantes, salões de beleza e academias sem impactar a capacidade de leitos hospitalares para pacientes com Covid-19.

A Folha mapeou 81 municípios, entre capitais e cidades populosas ou sedes de região, para apontar quais mantiveram o comércio e os serviços funcionando, quais voltaram atrás e baixaram as portas e aqueles que nem sequer se arriscaram em reabrir.

Em quase todos os casos de reabertura, há limitações. Há restaurantes que funcionam poucas horas; alguns, só com agendamento ou sem permitir venda de bebida alcoólica. De maneira geral, comerciantes precisam limitar número de clientes, garantir distanciamento social e oferecer itens de segurança, como álcool em gel, além da obrigação da máscara. O delivery tem sido a alternativa para boa parte dos empresários, do setor de vestuário ao de alimentação. No interior paulista, as de-

cições sobre fechamento geraram embates entre o governo estadual e prefeituras, que chegaram a abrir o comércio, mas recuaram — na maioria das vezes, após ações judiciais.

No Sul, Porto Alegre e Florianópolis, adotaram medidas rígidas para controlar a proliferação do novo coronavírus já no início da pandemia. Em Curitiba, porém, estabelecimentos não foram obrigados a fechar — alguns fecharam por conta própria e reabriram em abril. Há cerca de um mês, a prefeitura adotou um sistema de bandeiras para abertura do comércio, atualmente em risco médio. A cidade também segue a "quarentena rígida" determinada pelo governo estadual.

Mais recentemente, Porto Alegre voltou a endurecer as normas depois da reabertura controlada pelo modelo de bandeiras estadual. E diante do aumento de casos, Florianópolis ainda permite atividades econômicas, mas endureceu restrições, como a multa para quem não usa máscara.

O comportamento nos estados do Centro-Oeste do país não foi uniforme. Enquanto Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não baixaram decretos de fechamento do comércio, Goiás fechou tudo, mas depois flexibilizou e passou

a dividir a responsabilidade com os municípios.

Em Cuiabá, a prefeitura fechou o comércio, assim como Campo Grande. Depois as regras foram flexibilizadas aos poucos. Já Goiânia seguiu as decisões do governo do estado e chegou a reabrir o comércio, que agora está fechado.

Depois de enfrentar um colapso de sistema de Saúde ainda no início da pandemia, o Ceará iniciou o seu plano de reabertura em 1º de junho após uma queda nos novos casos da Covid-19. Na época da primeira fase da abertura, na qual foi autorizado o funcionamento de parte do comércio, o estado estava com uma ocupação de 88% dos leitos públicos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva).

Com a redução do número de casos graves da Covid-19, o estado iniciou a segunda fase do seu plano de reabertura da economia em 20 de junho, com o retorno do funcionamento de igrejas e restaurantes. Por outro lado, cidades do interior do estado, como Sobral e Juazeiro do Norte, ainda enfrentam isolamento rígido após uma escalada de casos. **Paula Sperb, João Pedro Pitombo, Marcelo Toledo, Fernanda Canofre, Diego Garcia, Ana Luiza Albuquerque, João Valadares e Katna Baran**

Salvador condiciona retorno a queda na ocupação de UTIs

SALVADOR A prefeitura de Salvador e o governo da Bahia apresentaram nesta terça-feira (7) o plano de reabertura das atividades econômicas para a capital baiana.

A proposta prevê a reabertura de estabelecimentos em três fases mediante a queda da ocupação dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para pacientes com a Covid-19. Nesta segunda-feira (6), esse índice era de 79,5% na capital baiana, somando leitos estaduais e municipais.

Os shoppings, o comércio de rua, templos religiosos e atividades em formato drive-in serão os primeiros a serem autorizados. Para isso, Salvador precisa registrar um índice de ocupação dos leitos de UTI igual ou menor que 75% por cinco dias consecutivos.

Na segunda fase, condicionada a um índice de ocupação de 70%, permitirá a reabertura de academias, barberias, bares, restaurantes, museus e centros culturais.

A terceira etapa prevê a reabertura de parques, teatros, cinemas, casas de espetáculo e centros de convenções e exigirá uma queda da ocupação

dos leitos de terapia intensiva igual ou menor que 60%.

A abertura de parques públicos, praias e a volta de campeonatos de futebol terão protocolos próprios que serão anunciados posteriormente. Shoppings e comércio de rua funcionarão em horário restrito e escalonado para evitar pressão no sistema de transporte. Templos religiosos também terão horário restrito, com exceção dos domingos, quando o movimento no transporte público é menor.

Nesta terça, o governador Rui Costa (PT) justificou a decisão de não decretar lockdown afirmando que o número de casos e de internações de pacientes com a Covid-19 se estabilizaram em Salvador.

"Seria um sacrifício desnecessário para uma cidade que está com uma taxa diária de 2% de crescimento dos casos", afirmou o governador.

Ele ainda afirmou que, prefeitos e governadores "lidam com a realidade concreta" e não necessariamente devem acatar as sugestões do comitê.

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), também afirmou que não vê necessidade de adotar medidas ainda mais rígidas e defendeu a reabertura de templos religiosos.

"Não dá para comparar o risco de transmissão de uma igreja com o de um cinema. As igrejas, em geral, são ambientes mais arejados e têm a presença do líder religioso para garantir o ordenamento

de ACM Neto (DEM) prefeito de Salvador

Os shoppings só poderão abrigar uma pessoa para cada nove metros quadrados e poderão liberar apenas 50% das vagas de estacionamento.

O anúncio da reabertura acontece quando Salvador vive seu momento mais crítico da pandemia, com 38.695 casos da Covid-19 e 1.504 mortes. O avanço da doença é mais forte nas periferias: os dez maiores bairros periféricos da cidade tiveram um aumento de 1.200% dos casos em 40 dias.

Na última sexta-feira (3), o comitê científico do Consórcio Nordeste sugeriu medidas restritivas ainda mais rígidas na capital baiana, como o bloqueio total das atividades.

Nesta terça, o governador Rui Costa (PT) justificou a decisão de não decretar lockdown afirmando que o número de casos e de internações de pacientes com a Covid-19 se estabilizaram em Salvador.

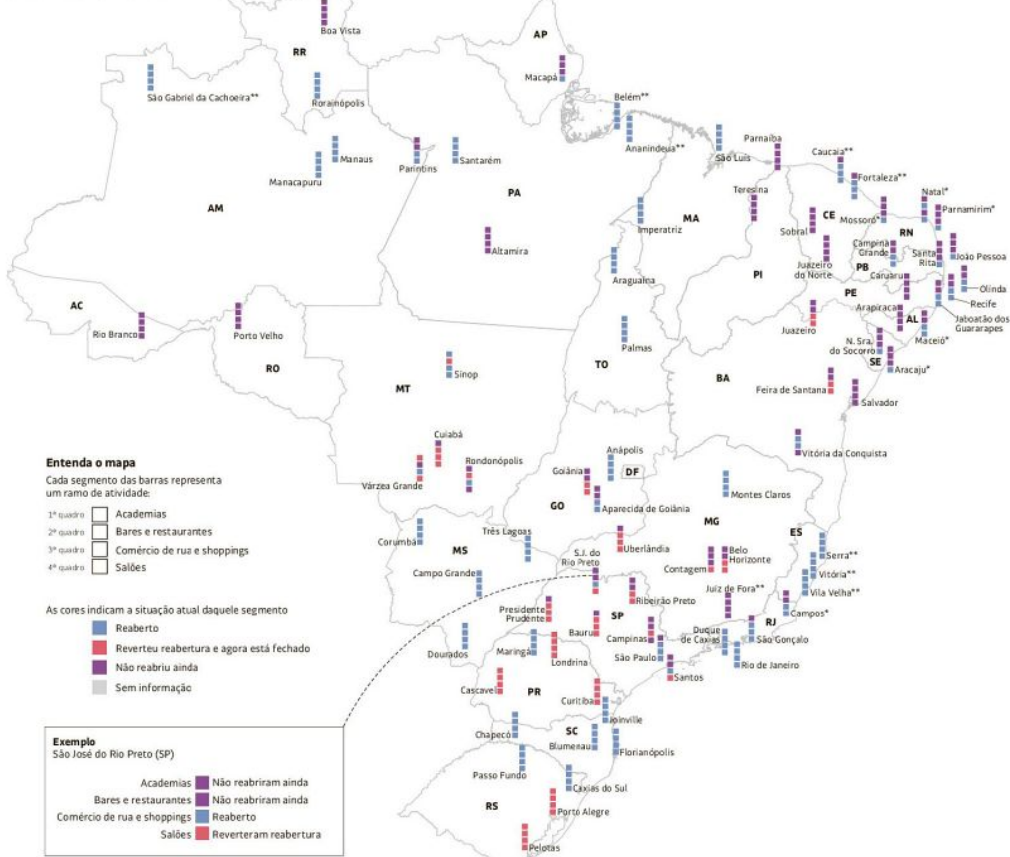
"Seria um sacrifício desnecessário para uma cidade que está com uma taxa diária de 2% de crescimento dos casos", afirmou o governador.

Ele ainda afirmou que, prefeitos e governadores "lidam com a realidade concreta" e não necessariamente devem acatar as sugestões do comitê.

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), também afirmou que não vê necessidade de adotar medidas ainda mais rígidas e defendeu a reabertura de templos religiosos.

"Não dá para comparar o risco de transmissão de uma igreja com o de um cinema. As igrejas, em geral, são ambientes mais arejados e têm a presença do líder religioso para garantir o ordenamento. Além disso, as pessoas vão em busca de amparo espiritual e não de lazer", afirmou. JPP

As cidades que reabrem portas ou voltam atrás na Covid-19



*Apenas comércio de rua, não shoppings
**Bares seguem fechados
A localização dos municípios é aproximada

mercado **coronavírus**

Dados preliminares apontam novo tombo na arrecadação federal

Números prévios do governo apontam até agora para uma queda de cerca 25% em comparação com junho de 2019

Fábio Pupo

BRASILIA A arrecadação federal com impostos teve nova queda em junho na comparação com um ano antes, apontam dados preliminares do governo. Os números indicam que o país pode fechar o quinto mês seguido de retração nas receitas, agravando o cenário de déficit das contas públicas.

Números prévios colhidos no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), do governo federal, apontam até agora para uma queda aproximada de 25%, mas os números podem variar conforme são atualizados até a divulgação oficial no fim do mês.

As quedas são observadas em itens como o Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Importação. Tributos aplicados sobre as operações das empresas, como o Cofins, também mostram retração.

Podem distorcer a base de comparação dados de recolhimento de Imposto de Renda de Pessoa Física, que apontam para um salto atípico após a alteração de calendário.

Por causa da pandemia, o governo mudou de 30 de abril

para 30 de junho o prazo de entrega das declarações.

O próprio Fisco considera praticamente certa a queda em junho. A retração, no entanto, deve ser mais branda na comparação com as observadas nos últimos meses.

Janeiro foi até agora o único mês com aumento da arrecadação em relação ao mesmo mês do ano passado, de 4,69%. Em fevereiro e março, houve queda de 2,71% e 3,32% (respectivamente).

Em abril, com os efeitos da pandemia, começaram as quedas de dois dígitos. Naquele mês, houve retração de 28,95% contra um ano antes e, em maio, de 32,92%.

Afetam os números deste ano as medidas de adiamento ou corte de impostos para mitigar a crise do coronavírus, além da perda natural de receitas por causa da menor atividade com a restrição de circulação de pessoas.

Entre as medidas para ajudar a amenizar os efeitos da pandemia, está o corte no IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Na semana passada, a Receita estendeu até 2 de outubro o IOF zerado sobre as operações de crédito.

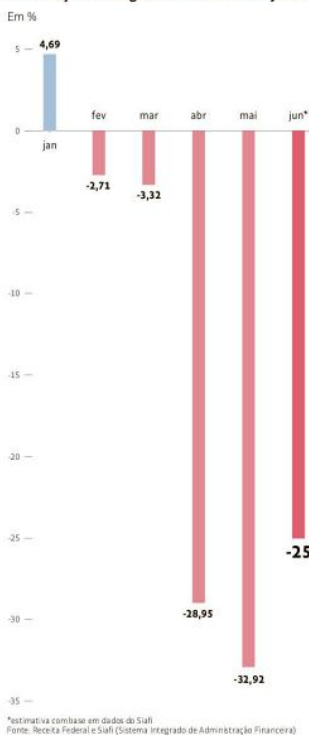
O objetivo da redução é permitir que as pessoas físicas e jurídicas tenham mais liquidez e fazer com que os programas de financiamento emergencial do governo durante a crise sejam mais efetivos. A renúncia fiscal terá valor total de R\$ 14,1 bilhões.

Já as medidas de adiamento foram adotadas em diferentes frentes. No regime do MEI (microempreendedor individual), todos os tributos que venceriam em 20 de abril, 20 de maio e 22 de junho vencerão, respectivamente, em 20 de outubro, 20 de novembro e 21 de dezembro.

No regime geral do Simples Nacional, o IRPJ, o IPI, a CSLL, a Cofins, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição Patronal Previdenciária para a Seguridade Social que venceriam em 20 de abril, 20 de maio e 22 de junho vencerão, respectivamente, em 20 de outubro, 20 de novembro e 21 de dezembro.

Em maio, quando houve retração de quase 33% nos números, o resultado também foi impactado pela atividade. Dados monitorados pela Receita mostravam que a produção industrial caiu 31% em re-

Arrecadação deve registrar novo tombo em junho



*Estimativa com base em dados do Siafi. Fonte: Receita Federal e Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira)



lação ao mesmo mês de 2019. A venda de bens caiu 27%, enquanto as vendas de serviços baixaram 17%.

Os recolhimentos de Imposto de Renda de Pessoa Física, que servem de termômetro para o desempenho da atividade, tiveram queda real de 12,7% em maio.

Os resultados da arrecadação federal, que chegaram a apresentar alta no início do ano e depois tiveram forte inversão nos resultados, têm acumulado do ano um tombo de 12% até maio, em valores corrigidos.

A perda de receitas e os gastos para minimizar os efeitos da pandemia devem levar o país ao maior rombo fiscal já registrado. A última projeção do Tesouro Nacional indica que o déficit do setor público chegará a R\$ 828 bilhões para o setor público consolidado.

Os números levaram o Ministério da Economia a elevar a projeção da dívida bruta do governo de 77,9% para 98,2% do PIB em 2020. O crescimento projetado é recorde na comparação com o ano anterior (75,8%).

A pasta defende, por isso, a retomada do ajuste fiscal em 2021. "O endividamento público brasileiro alcançará um novo patamar, que exigirá um esforço fiscal no médio prazo ainda maior do que se buscava antes da crise", afirma o ministério em relatório.

folha.com/comoossoajudar
seminários **folha**

#ComoPossoAjudar?

O movimento que faz a diferença na pandemia

webinar

Eventos gratuitos

Assista ao vivo em folha.com.br pelo seu computador, tablet e celular

WhatsApp para perguntas ao vivo

11 99648-3478

DEBATE 1

ADRIANA BARBOSA
CEO da Preta Hub e fundadora da Fera Preta

EUGÊNIO MATTAR
CEO da Localiza e cofundador do Movimento Bem Maior

MARCIA KALVON WOODS
presidente do Conselho AICFI e membro do Comitê Gestor Movimento por uma Cultura de Doação

NATHALIA ARCURI
CEO da Me Poupe! e especialista em planejamento financeiro

DEBATE 2

LUÍZA HELENA TRAJANO
presidente do Conselho do Magazine Luiza e presidente do Grupo Mulheres do Brasil

PAULA FABIANI
diretora-presidente do IDIS (lança pesquisas Brazil Country Giving Report)

RODRIGO PIPPOZZI
diretor-executivo Editora Mol

#sigafolha

• Cobertura especial do evento.

Patrocínio

instituto ACP

INSTITUTO MOL

MOVIMENTO BEMMAIOR

Patrocínio

IDIS

Instituto para o Desenvolvimento da Investimento Social

FOLHA

MAD DE PRA NA LER

Relator diz que veto a desoneração da folha de pagamento foi erro

Maia afirma que Congresso pode derrubar ato de Bolsonaro; pela proposta, redução de custo de contratação valerá até o fim de 2021

Danielle Brant, Isabella Macedo e Iara Lemos

BRASÍLIA O relator da medida provisória que suspende contratos de trabalho, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), afirmou nesta terça-feira (7) que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) errou ao vetar a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos.

Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), lembrou que o Congresso ainda vai votar os vetos e pode derrubá-los se discordar da decisão do presidente.

O dispositivo constava em medida aprovada em junho pelo Congresso e que permitia ao governo estender a flexibilização de regras trabalhistas na pandemia, como a redução de jornada e de salário.

Pelo texto, a desoneração da folha, que diminui o custo de contratação de funcionários, valerá até o fim de 2021. A extensão era feita pela equipe econômica, que estimava que a medida representaria uma renúncia fiscal de R\$ 10,2 bilhões.

Bolsonaro decidiu seguir a orientação do ministro Paulo Guedes (Economia) e vetou o dispositivo que prolongava a desoneração da folha.

"Os efeitos econômicos da pandemia se agravam a cada dia. O desemprego cresce. E o governo vai aumentar o ônus para setores da economia que empregam mais de 6 milhões de brasileiros", afirmou o deputado Orlando Silva.

Ele defendeu que o Congresso derrube os vetos com um gesto em defesa do emprego. "O governo fala de desoneração mais ampla. Ok. Não precisa encerrar os setores atuais, é só incorporá-los às novas regras".

Ele também criticou qualquer tentativa de vincular a desoneração à volta de um tributo como a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Para o deputado, um gesto nesse sentido "tornará essa medida inatimorata".

Maia também criticou a decisão de Bolsonaro de vetar a prorrogação da desoneração. Em entrevista nesta terça, o presidente da Câmara disse que o Congresso vai votar os vetos e pode derrubá-los.

"Acho que dois anos [de



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) Luis Macedo/Câmara dos Deputados

prorrogação) era um prazo longo, que era a proposta inicial dos setores. Mas um ano ficou uma coisa equilibrada", afirmou Maia.

"No início da retomada, você garantir que aqueles setores tenham algum estímulo para não demitir, que acho que era uma ideia boa... infelizmente o governo decidiu pelo veto, apesar de eu não ser a favor daquele projeto de desoneração", completou.

Atualmente, a desoneração abrange empresas de 17 setores, entre elas as que atuam no ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de call center e empresas de comunicação (mídia).

O benefício está previsto para terminar em 31 de dezembro de 2022. Em seu parecer sobre a MP 936, Orlando Silva havia prorrogado a desoneração inicialmente até 31 de dezembro de 2022, mas, diante da pressão do governo, encurtou o prazo e decidiu estender o programa até 31 de dezembro de 2021 — o que Bolsonaro vetou.

A desoneração, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% de contribuição sobre a folha de pagamento para a Previdência Social.

Relator da matéria no Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO) acredita que o veto não será votado no Congresso. Segundo ele, a ideia do governo é encaminhar um novo projeto,

a fim de aumentar os setores beneficiados pela desoneração da folha. "Eu acredito que vai ser ampliado (desoneração) e de forma rápida. Não deve votar veto", afirmou.

A presidente da CCJ do Senado, senadora Simone Tubet (MDB-MS), já manteve conversas com Guedes a respeito do encaminhamento de uma nova proposta ao Congresso. Segundo ela, a ideia do governo é ampliar a gama de setores beneficiados, por um período que pode se estender a quatro anos.

"Pela conversa com o Guedes, ele é a favor da desoneração da folha. Mas como esse é um pulo do gato para avançar em alguma tributação, ele precisa desonerar sem abrir mão desse recurso."

Embora ainda não haja acordo, a intenção do governo, segundo Tubet, é negociar com o Parlamento em que poderia haver a implementação de uma nova taxa. Ok. Não precisa encerrar os setores atuais, é só incorporá-los às novas regras".

"É mais estratégico no momento mandar um novo projeto. Ao continuar com desoneração sem nova fonte, ele (governo) mata a galinha dos ovos de ouro. O que ele tem para convencer o Congresso é criar a taxação sobre lucros e dividendos", diz a senadora.

Procurada, a assessora do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), não informou quando os vetos serão analisados pelo Congresso.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelisa@grupofolha.com.br

Contágio

Notícia de que Jair Bolsonaro está com Covid-19 preocupou um grupo de donos e presidentes de algumas das maiores empresas do país. Eugênio Mattar (Localiza), Francisco Gomes (Embraer), Carlos Alberto de Oliveira (Caoa), Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Rubens Ometto (Cosan), Rubens Menin (MRV), Cândido Junior (Hapvida), Lorival Luz (BRF) e Fernando Queiroz (Minerva Foods) estiveram com o Bolsonaro na sexta (3). Paulo Skaf, presidente da Fiesp, os acompanhou.

FIQUE EM CASA O presidente da BRF está seguindo protocolos estabelecidos pela companhia para todos os seus funcionários. A empresa afirma que ele não apresenta sintomas e mantém sua rotina normal de trabalho em casa.

DISTÂNCIA Rubens Ometto disse que não se aproximou do presidente no encontro e usou máscara. Ele afirma que não sente medo da doença, tem seguido os protocolos e se submete aos testes com frequência. Repetiu a testagem nesta terça-feira (7).

PIMENTA Procurado pela coluna logo após a divulgação do resultado do exame de Bolsonaro, o dono da Cosan recebeu a pergunta com humor. Antes de dizer que não teve contato físico com o presidente durante o almoço na sexta-feira, o empresário brincou que fize-
"sexo atrás do sofá".

DIAGNÓSTICO Mattar também passou por teste nesta terça. De acordo com a Localiza, ele está seguindo as medidas de distanciamento social e apresenta um quadro de saúde normal. Sem sintomas, ele manteve sua rotina de trabalho remotamente.

ANTICORPO Com Cândido Junnior, vice-presidente da Hapvida, foi diferente. Ele já havia contraído a Covid-19 no começo da pandemia. Segundo a companhia, ele fez quarentena na época e, depois do encontro com Bolsonaro, não apresentou sintomas gripais.

TERMÔMETRO Francisco Gomes seguirá o protocolo de saúde da Embraer, que prevê quarentena para qualquer pessoa que teve contato com alguém contaminado.

AGENDA Os empresários participaram do encontro em nome do Conselho Diálogo pelo Brasil, um grupo de 52 representantes de grandes companhias fundado por Skaf para discutir questões econômicas com autoridades de Brasília. O presidente da Fiesp segue isolado, até o resultado do exame molecular, que será feito entre quinta (9) e sexta (10).

AEROSSOL Procurados pela coluna, MRV, Bradesco, Caoa e Minerva não comentam.

PISTA As demissões de funcionários de terra e parte dos administrativos na Azul já eram esperadas há várias semanas, segundo quem permaneceu na empresa após os cortes realizados nos últimos dias. A avaliação é que a companhia, que fazia cerca de 900 voos por dia e hoje está em torno de 200, não seguraria os profissionais por muito tempo.

DESEMBARQUE O próprio presidente da empresa, John Rodgerson, vinha dizendo que a Azul trabalharia para reconstruir, mensagem que já era interpretada como um sinal de que cedo ou tarde haveria cortes. Procurada, a companhia não revela quantos funcionários foram demitidos. Segundo estimativas de trabalhadores, passaram de mil.

FACA Após serem autorizados a reabrir nesta segunda (6) em SP 55% dos bares e restaurantes do estado estão trabalhando com menos de 60% do quadro de funcionários anterior à pandemia, diz a Abrasel-SP (associação do setor). Entre os que avaliam reconstruir, 16% dizem que poderão ter o mesmo número de profissionais de antes da doença.

MOEDA A demanda das empresas por crédito cresceu 12,3% em maio ante abril, segundo a Serasa Experian. É quase o dobro do valor registrado em março (6,8%). "A única linha para as empresas que cresceu em abril e maio na comparação com 2019 é de capital de giro. É procura por crédito emergencial", diz Luiz Rabi, economista da Serasa.

BOLSO A estimativa, segundo ele, é que o perfil da demanda por crédito começa a mudar nos próximos meses. "A partir de junho, julho deve ter uma procura por crédito mais ligada à essa retomada da economia do que à busca por desespero e necessidade de equilibrar as contas", afirma Rabi.

TUÍLO A JBS afirma que começou a construir sua nova fábrica de fertilizantes em Guaicurus (SP). A empresa investiu R\$ 91 milhões na unidade, que terá 150 funcionários. A companhia diz que vai usar resíduos orgânicos gerados em suas outras fábricas para produzir os fertilizantes.

MP de crédito via maquininha prevê juro de 6% ao ano e valor máximo de R\$ 50 mil

Danielle Brant e Isabella Macedo

BRASÍLIA A MP (Medida Provisória) de acesso a crédito prevista para ser votada na Câmara a partir desta quarta (8) permitirá a liberação de crédito por meio das maquininhas de até R\$ 50 mil com juro de até 6% ao ano.

O relator da MP, deputado Efraim Filho (DEM-PB), incluiu a possibilidade da concessão de empréstimos por adjuventes a micro e pequenas empresas que tenham tido vendas de bens ou prestações de serviços liquidadas em arranjos de pagamento em pelo menos um dos meses entre janeiro e março deste ano.

Para o relator, o programa é ousado e tem o desafio de fazer linha de crédito virar

“Não haverá retomada econômica sem preservarmos empregos e empresas. Por isso, quebramos todas as travas para que o dinheiro realmente chegue na ponta, para valorizar quem produz no Brasil”

Efraim Filho (DEM-PB) relator da MP

dinheiro de verdade empregado na vida real das empresas. "Não haverá retomada econômica sem preservarmos empregos e empresas. Por isso, quebramos todas as travas para que o dinheiro realmente chegue na ponta, para valorizar quem produz no Brasil".

O empréstimo será limitado ao dobro da média mensal dos rendimentos com vendas de bens ou prestações de serviços do contratante. O valor máximo do crédito será de R\$ 50 mil, mas o relator abre possibilidade para que esse valor seja alterado por meio de regulamento em função de alterações "conjunturais" ou da "performance do programa".

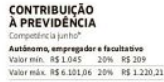
O crédito via maquininha poderá ser concedido até o fim deste ano e terá prazo de 36 meses para pagamento, incluindo os seis meses de carência para início do pagamento. Durante esse período, haverá capitalização de juros.

Filho também incluiu na MP que a União assumirá inteira responsabilidade das operações e dos possíveis perdas financeiras com o empréstimo. Até o fim do ano, a União aportará R\$ 20 bilhões para custear todo o programa. Para a modalidade de maquininhas, serão direcionados R\$ 10 bilhões. Serão, até o fim do ano, quatro parcelas de R\$ 5 bilhões para cobrir os custos para os empréstimos.

O programa é voltado para empresas que tenham tido receita entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões e será operacionalizado pelo FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), administrado pelo BNDES.

com Mariana Grazini

INDICADORES



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 08 de Julho de 2020 - 09:00

Tele Coronavírus já realizou mais de 100 mil atendimentos na Bahia



Implantado no fim de março (**relembre aqui**), o Tele Coronavírus já realizou mais 100 mil atendimentos na Bahia prestados por voluntários da área de Saúde para a população, por meio do número 155.

O Tele Coronavírus foi idealizado pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e o Fiocruz Bahia e tem apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento (Seplan) de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), da Segurança Pública (SSP), da Administração (Saeb) e de Infraestrutura (Seinfra). Quatro universidades estaduais (Uneb, Uesc, Uefs e Uesb), a Escola Bahiana de Medicina, a FTC Salvador, a Unifacs, a Unime, a UFRB e a Fesftech também aderiram a ação. A última é responsável pelo desenvolvimento de uma plataforma alimentada pelos voluntários.

“Iniciamos as tratativas com a Fiocruz antes mesmo da pandemia chegar ao Brasil, para esta iniciativa que tem mostrado resultados significativos não só no serviço prestado diretamente à população, orientando as pessoas, como também no mapeamento dos dados que estamos utilizando para a elaboração das políticas públicas de combate à pandemia”, disse o secretário do Planejamento, Walter Pinheiro.

Salvador, Feira de Santana e Lauro de Freitas são as cidades que lideram o quantitativo de pessoas atendidas pelo Tele Coronavírus. “Esta enorme adesão, com mais de 100 mil atendimentos, demonstra a confiança da população neste serviço. Vale destacar que, diferente dos aplicativos, este serviço tem um atendimento personalizado realizado por especialistas qualificados, o que aumenta a confiança da população na recomendação que é dada”, afirmou Manoel Barral, pesquisador titular da Fiocruz.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 08 de Julho de 2020 - 06:40

Câmara aprova texto-base de MP de socorro a aéreas e reduz saques do FGTS a setor

por **Danielle Brant e Isabella Macedo** | Folhapress

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (7) texto-base da medida provisória que prevê socorro a companhias aéreas e a possibilidade de pilotos de avião e trabalhadores do setor sacarem recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

O texto-base foi aprovado em votação simbólica. Agora, os deputados ainda precisam apreciar sugestões de mudanças. Depois, a proposta segue ao Senado. Se não houver alterações, vai à sanção presidencial.

A MP, que perde validade em 16 de julho, foi desenhada para apoiar companhias aéreas, que viram uma queda brusca em suas receitas por causa da redução de fluxo de viagens em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

O texto permite que concessionários paguem até 18 de dezembro as contribuições fixas e variáveis previstas em contratos com vencimento em 2020 -os valores serão corrigidos pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Também traz medidas para aliviar o caixa das companhias. A empresa aérea deverá fazer em 12 meses o reembolso de passagem aérea por cancelamento ocorrido entre 19 de março e 31 de dezembro. O valor deve ser corrigido pelo INPC.

O consumidor terá a opção de receber crédito de valor maior ou igual ao da passagem, que será concedido até sete dias após a solicitação do passageiro. Ele poderá usá-lo ou transferi-lo para terceiros para compra de produtos ou serviços oferecidos pela aérea em até 18 meses a partir de recebimento do crédito.

Quem desistir do voo no período de 19 de março a 31 de dezembro poderá escolher receber o reembolso, mas deverá pagar eventuais multas ou penalidades contratuais, dependendo da tarifa escolhida inicialmente. Também poderá obter crédito com valor correspondente ao da passagem, sem incidência de penalidades.

O relator do texto, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), aliviou uma das queixas da Caixa Econômica Federal referente ao saque do FGTS.

Inicialmente, o parlamentar havia estipulado que pilotos e demais trabalhadores do setor aéreo em licença não remunerada, com contrato de trabalho suspenso ou redução de jornada e salário pudessem fazer saques mensais do Fundo até alcançar valor equivalente à média simples de seus salários recebidos nos 12 meses anteriores.

A Caixa, no entanto, afirmou que isso poderia provocar um rombo de até R\$ 1,4 bilhão nas reservas do Fundo. Após a queixa do banco, agente operador do FGTS, o relator limitou o saque.

Quem tiver contrato de trabalho suspenso poderá sacar até o limite do saldo de seis parcelas de R\$ 3.135. Em caso de redução, será possível resgatar R\$ 1.045, também até o limite de seis parcelas.

Segundo Arthur Maia, com a mudança, o impacto no Fundo cairá para R\$ 360 milhões.

A MP também faz uma alteração na tarifa de conexão. Antes, quem arcava com o valor era a empresa aérea. Agora, quem vai pagar pela tarifa será o passageiro. O deputado afirma que a intenção é dar mais transparência ao consumidor quanto ao preço cobrado pelo trânsito em aeroporto que não seja o final da viagem.

"Dessa forma, as companhias aéreas, em vez de incorporarem ao custo do voo a tarifa de conexão relativa aos passageiros em trânsito, com reflexos no preço das passagens e na tributação sobre o faturamento, passarão a discriminar o valor dela", indica o texto.

No texto, o relator prevê também uso de recursos do Fnac (Fundo Nacional de Aviação Civil) para pagar eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas provocados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos do tipo contra aeronaves operadas por empresas aéreas brasileiras, exceto as de táxi aéreo.

Os recursos também poderão emprestados, até 31 de dezembro de 2020, aos concessionários de aeroportos e de prestação de serviço regular de transporte aéreo desde que comprovem ter sofrido prejuízo com a pandemia. O juro não poderá ser menor que o da TLP (Taxa de Longo Prazo). O empréstimo não poderá ter carência superior a 30 meses, e a dívida deverá ser quitada até 31 de dezembro de 2031.

Para o advogado Victor Hanna, do escritório Demarest, o texto dá fôlego para as aéreas. "As empresas tinham toda uma programação financeira para o ano. Aí, em março, por causa da pandemia, os clientes começaram a pedir dinheiro de volta. Houve um impacto nefasto para o mercado como um todo", afirma.

Ele destaca o dispositivo da MP que estabelece as diretrizes para indenização de consumidores. O texto condiciona a indenização por falha na execução do contrato a que o passageiro comprove a efetiva ocorrência do prejuízo e de sua extensão.

Também define alguns casos em que a empresa não precisaria arcar com a indenização. Segundo o texto, são casos de força maior restrições de voo por causa de condições meteorológicas adversas, por indisponibilidade da infraestrutura aeroportuária e por decretação de pandemia, entre outros exemplos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/07/2020	Caderno: Notícias



Terça, 07 de Julho de 2020 - 22:20

Petrobras inicia descomissionamento de plataformas antigas



A Petrobras iniciou o descomissionamento da plataforma P-12 na Bacia de Campos, norte fluminense, após aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Marinha.

O descomissionamento ocorre quando a plataforma atinge sua fase final de produção, quando a produção de óleo e gás apresenta-se desvantajosa, então são encerradas as atividades, são feitas limpeza e remoção de estruturas e recuperação ambiental do local, de acordo com a Agência Brasil.

Também estão previstos para 2020 os descomissionamentos das plataformas P-07 e P-15, também na Bacia de Campos, e da FPSO Piranema [unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás] na Bacia de Sergipe-Alagoas.

De acordo com o Plano Estratégico da companhia para 2020- 2024, 18 plataformas de produção serão descomissionadas até 2024.

Segundo a estatal, "o descomissionamento das plataformas será realizado de acordo com as melhores práticas mundiais. Em parceria com outras empresas e com a comunidade científica, foram desenvolvidas metodologias que permitem a identificação da alternativa que melhor equilibra os aspectos de segurança, meio ambiente, técnico, social e econômico".

A companhia informou ainda que as plataformas P-07, P-12 e P-15 serão ofertadas em leilão público previsto para ocorrer ainda no mês de julho.

Veículo: Política Livre	
Data: 08.07.2020	Caderno: Economia



08 de julho de 2020 | 09:42

Bahia disponibiliza painel com dados epidemiológicos do coronavírus em tempo real

BAHIA

Está disponível a partir desta terça-feira (7), um painel com dados epidemiológicos referentes ao coronavírus (Covid-19) na Bahia, cuja atualização ocorre em tempo real. O business intelligence (B.I.) da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) é uma ferramenta que auxilia os gestores estaduais no processo de decisão desde o início da pandemia e vinha sendo aperfeiçoado para acesso público, no link www.saude.ba.gov.br.

De acordo com o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, “o sistema permite co-relacionar três bases ministeriais distintas, depurar as inconsistências e entregar uma informação fidedigna para análise”, afirma o secretário.

Já a diretora da Vigilância Epidemiológica do Estado, Márcia São Pedro, explica que o business intelligence possibilita analisar o crescimento de novos casos, identificar quais municípios carecem de atenção, avaliar tendências, dentre outras funcionalidades”, ressalta a diretora.

O diretor de tecnologia da Sesab, Diego Cavalcante, indica que o aperfeiçoamento da ferramenta é contínuo. “Progressivamente faremos melhorias a fim de tornar o conteúdo cada vez mais acessível e customizável para o usuário. E no que tange a integridade e segurança da informação, utilizamos a mesma plataforma Oracle do

DataSUS, que é o departamento de informática do Ministério da Saúde, o que nos garante robustez e confiabilidade”, destaca Cavalcante.

O B.I. é alimentado automaticamente, utilizando três bases ministeriais. De acordo com os protocolos do Ministério da Saúde, a notificação imediata dos casos leves de Síndrome Gripal deve ser inserida no e-SUS Vigilância Epidemiológica (e-SUS VE), uma ferramenta de registro de notificação de casos suspeitos e confirmados do novo coronavírus. Isso se aplica a todo o território nacional. Caso seja realizado teste laboratorial diagnóstico da Covid-19, RT-PCR ou sorológico, o resultado também deve ser registrado no sistema. O processamento da base de dados garantirá a identificação única do paciente.

Outra ferramenta de registro que auxilia no mapeamento epidemiológico é o Sistema de Informação de Vigilância da Gripe (SIVEP-Gripe), usado para registrar os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) hospitalizados. O último sistema refere-se as análises dos laboratórios públicos (GAL).

Veículo: Estadão	
Data: 08.07.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária e o crescimento econômico do Brasil

Antonio Tuccílio*

08 de julho de 2020 | 07h35

Antonio Tuccílio. Foto: Divulgação

O cenário econômico do Brasil é pessimista em todos os sentidos. A economia deve sofrer queda superior a 6,5% neste ano, ante projeção de alta de 2,57% feita pelo Banco Central no início do ano. Nas contas públicas, o cenário é ainda pior, uma vez que a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado prevê déficit na ordem de R\$ 912,4 bilhões no ano, gasto este impulsionado pelas ações de combate à pandemia da COVID-19.

A queda de arrecadação certamente atingirá em cheio as contas da União, estados e municípios em um período de pós pandemia, que, aliás, ainda não sabemos quando será. Ações de curto prazo para

auxílio aos estados são e serão necessárias e, nesse contexto, a reforma tributária faz-se ainda mais urgente.

É fato que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados já deram o primeiro passo nesse sentido, com as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 110/2019 e 45/2019. No entanto, as duas – que trazem iniciativas pioneiras para o sistema tributário no Brasil – foram apresentadas antes da crise sanitária estourar no país, desconsiderando, dessa forma, todas as mazelas que a economia e a população enfrentam neste período.

Diante do gigantesco rombo previsto para as contas públicas, deputados e senadores precisam discutir o quanto antes uma nova forma de pensar em tributação. É preciso levar em conta todos os danos causados pela pandemia. Afinal, será que estados e municípios abrirão mão de diversas fontes de arrecadação (a PEC 110/19 propõe a extinção das alíquotas de ICMS, PIS, ISS e outros seis impostos para a criação de um único)?

A complexidade do sistema tributário brasileiro, com tantas letras e siglas, é apenas um dos pontos a solucionar. É preciso ir muito mais a fundo. Chega de impostos baseados no consumo, que corroem até 40% da renda dos trabalhadores. É preciso taxar as grandes fortunas. É fundamental acabar com a guerra fiscal entre estados e melhorar o ambiente de negócios no país como um todo. Vamos fazer o país retomar o caminho do crescimento. Vamos aprovar a reforma tributária.

20 Estados ainda têm risco médio de novo pico da doença

A maioria dos Estados brasileiros deve conviver nas próximas semanas com o “platô” da pandemia da covid-19, segundo estudo da Bain & Company

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

08/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A maioria dos Estados brasileiros deve conviver nas próximas semanas com o “platô” da pandemia da covid-19, mostra estudo da Bain & Company. Nessa situação, os novos casos seguem crescendo em ritmo acelerado, o que mantém a pressão sobre o sistema de saúde e força a revisão das medidas de reabertura da economia. Isso acontece sobretudo nas regiões mais densas, onde a taxa de contaminação tende a subir após a retomada de atividades presenciais.

O estudo aponta que, das 27 unidades federativas, apenas três Estados (Amapá, Mato Grosso do Sul e Tocantins) estão em situação confortável, de baixo risco de novo pico de covid-19. Na outra ponta, Acre, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Norte ainda têm o cenário mais crítico de disseminação da doença. Os 20 Estados restantes estão na zona de médio risco. A análise, com dados até 25 de maio, considera a taxa de contaminação, a utilização das unidades de terapia intensiva (UTIs) e número de mortes por milhão de habitantes.

O Brasil ainda tem um desafio extra que é a baixa capacidade de testagem. O eventual crescimento de ocorrências da doença pode ser detectado com atraso considerável e complicar o controle do vírus. “O estudo confirma o platô. Faz sentido se a gente pensar que agora estudamos como manter algum nível de reabertura da economia”, afirma Ricardo Gold, sócio da Bain & Company.

Uma das métricas mais observadas para acompanhar a evolução da doença, o chamado R0 mede a quantidade de infecções a partir de cada doente. Segundo o estudo, em quase todos os Estados brasileiros, o índice é hoje igual ou maior do que 1, ou seja, cada doente transmite o vírus para ao menos uma pessoa. A dúvida é para quanto esse número pode subir a partir do momento em que a circulação de pessoas seja flexibilizada.

“Ainda não sabemos qual vai ser o R0 [taxa de contaminação] de São Paulo e Rio de Janeiro, que estão com plano de abertura mais forte. Se as medidas de abertura não forem adotadas com calma, os casos podem voltar a aumentar rapidamente”, diz.

O mais provável é que a situação brasileira repita o que tem ocorrido nos Estados Unidos, onde diversas regiões têm voltado atrás nas medidas de reabertura à medida em que observam alta das contaminações. Segundo o sócio da Bain & Company, os planos estaduais do Brasil de abertura estão alinhados com as melhores práticas. “O problema é o tripé testagem, tracing [rastreamento de focos da doença] e o isolamento dos suspeitos”, diz.

Para Gold, outro empecilho para o controle da doença por aqui é falta de coordenação das ações pelo governo federal. “Tem obviamente melhorado, mas ainda é incipiente se comparado ao que outros países têm feito na adoção de política federais em âmbito local”, afirma Gold.

Uma das iniciativas que poderiam ocorrer nesse sentido é a restrição de circulação de pessoas entre os Estados. “Não adianta um Estado estar melhor do que outro no controle da pandemia se as ‘fronteiras’ estão abertas”, compara.

Isso foi adotado na França, Espanha e Itália, que fecharam o trânsito entre regiões com diferentes estágios de contágio. “Na Europa existe uma coordenação de abertura e fechamento de fronteiras entre países com similar status epidemiológico, uma discussão que deveria acontecer no Brasil entre os Estados”, diz.

Já no Chile, há uma política de “cordões sanitários” no sul do país. “O Centro-Oeste, por exemplo, poderia ter sido melhor isolado. [Medidas como essa] são alavanca importante para evitar a contaminação pelo país.”

Devedor contumaz: tributação e criminalização

O entendimento do STF pode incentivar ainda mais a difusão de legislações locais que definam a contumácia rigidamente

Por Frederico S. de Moura e Thiago B. Sorrentino

08/07/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Ao julgar delituosa a conduta do sujeito passivo que deixa de recolher o ICMS devido (RHC 163334), o Supremo Tribunal Federal (STF) findou por ensejar discussões relevantes em diversas searas.

Dentre os aspectos apreciados pelo STF, importa-nos analisar a contumácia do devedor tributário, elemento fundamental para se admitir o não recolhimento do ICMS como crime de apropriação indébita tributária.

O entendimento do STF pode incentivar ainda mais a difusão de legislações locais que definam a contumácia rigidamente

A jurisprudência do Supremo também trabalha com a figura do devedor contumaz para legitimar o uso de restrições severas pelas entidades tributantes, ou seja, meios indiretos de cobrança de dívidas fiscais (RE 550769). Ausentes as condicionantes excepcionais definidas naquele precedente, esses meios oblíquos de cobrança seriam classificados como inadmissíveis sanções políticas.

Trata-se, assim, de tema central para o Direito Tributário e, mais recentemente, para o Direito Penal Tributário, a reclamar tratamento uniforme, especialmente numa federação continental como a brasileira.

Em matéria tributária, a lei complementar tem como uma de suas funções a de editar normas gerais sobre obrigação e crédito tributário (artigo 146, III, “b”, da Constituição Federal). Seu escopo primordial é o de harmonizar o sistema tributário, emprestando-lhe padronização e coesão.

Se a mera leitura do texto constitucional já nos permite antever que a definição semântica do “devedor contumaz” está reservada à lei complementar - por se tratar, claramente, de tema correlato aos tópicos da obrigação e do crédito tributários -, a conclusão é corroborada pelo contexto que se descortinou após o julgamento ocorrido no STF.

Por haver sido a contumácia do devedor reputada essencial à caracterização do tipo penal, fica claro que deixar essa definição a cargo das legislações estaduais, distrital e municipais representa inequívoco fator de insegurança jurídica, especialmente porque a experiência demonstra a dissonância entre as definições dadas pelas diversas leis.

No Rio Grande do Norte, por exemplo, considera-se devedor contumaz o sujeito que deixar de recolher o ICMS por três meses consecutivos ou em seis meses alternados. Em São Paulo, uma das hipóteses de enquadramento é estar em débito em ao menos seis competências, consecutivas ou não.

Dadas as graves consequências que a identificação de um devedor contumaz acarreta, é indubitosa a importância de o tema ser balizado parcimoniosamente na legislação nacional, inclusive para fins de gerar estabilidade no campo penal. Isso porque, inadvertidamente, o entendimento do STF pode incentivar ainda mais a difusão de legislações locais que definam a contumácia rigidamente, bem como a manipulação dos instrumentos de quantificação dos atos ilícitos para aumentar a suposta eficiência da criminalização do inadimplemento tributário.

Durante o julgamento, afirmou-se que seria altamente improvável que um devedor fosse efetivamente preso pela prática do crime de apropriação indébita do ICMS. Como o principal objetivo do precedente é estimular o recolhimento do tributo, a decisão incentiva os atores do sistema a exasperarem a sanção dentro dos amplos limites interpretativos de uma legislação vaga e ambígua, pois uma pena mais grave supostamente seria mais eficiente para condicionar a conduta do contribuinte.

Nada impediria que as autoridades passassem a propor que cada evento de inadimplemento fosse tratado como um crime autônomo e isolado, cujas penas deveriam ser somadas (concurso material), ao invés de considerar uma única conduta delitiva, passível de aumento de pena (concurso formal). Embora a melhor solução na esfera penal seja a aprovação do Projeto de Lei nº 6.520, de 2019, que corrige legislativamente os equívocos da decisão ao distinguir o mero inadimplemento da conduta criminoso, a lei complementar tem um papel que abarca e transcende as preocupações de política criminal.

A definição segura dos contribuintes que podem ser considerados devedores contumazes ganha ainda mais relevância quando se percebe que as propostas de reforma tributária convergem para uma ampla reformulação na tributação sobre o consumo, com extinção de diversas exações e criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será o primeiro tributo de feição eminentemente nacional da história constitucional brasileira. Avizinhandos-se a criação de um tributo dessa natureza, nada mais natural que a definição do que é um devedor contumaz seja igualmente regulado nacionalmente.

Assim, a lei complementar definidora da figura do devedor contumaz limitaria o uso arbitrário das sanções políticas, convergiria com a essência das propostas de reforma tributária, bem como impediria a multiplicação da complexidade criminal do sistema, de modo a auxiliar tanto os contribuintes como o próprio Estado a calibrarem suas expectativas e calcularem suas condutas adequadamente.

Frederico Seabra de Moura e Thiago B. Sorrentino são, respectivamente, advogado e consultor jurídico do TCE-RN, mestre em Direito Tributário (PUC-SP) e coordenador do Ibet em Natal (RN); e mestre em Direito Tributário e doutorando em Ciências Jurídicas e professor do Ibmec-DF e da Amagis-DF

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações.

Distribuidora pressiona, mas governo resiste a extensão de tarifa social

As empresas de distribuição de energia temem uma disparada nos índices de inadimplência a partir de julho se a isenção não for mesmo prorrogada

Por Daniel Rittner — De Brasília

08/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Marcos Madureira: se o desconto de 100% na tarifa social for perdido, muitas famílias de baixa renda ficarão sem condições de arcar com o pagamento — Foto: Denio Simões/Valor

A equipe econômica é contra prorrogar o desconto de 100% na tarifa social das contas de luz, que vigorou entre abril e junho como forma de atenuar os impactos da crise para as famílias de baixa renda. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) enviou ofício ao governo pedindo extensão do benefício. As empresas temem uma disparada nos índices de inadimplência a partir de julho se a isenção não for mesmo prorrogada.

No sábado, o assunto foi levantado por executivos do setor elétrico em uma reunião virtual com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele e seus auxiliares afirmam que todo o empenho do governo se concentrou em permitir novas parcelas do auxílio emergencial e não seria conveniente dispersar o esforço em outras iniciativas. “O auxílio emergencial é a melhor solução. Cada um sabe onde o calo aperta mais”, diz um integrante da equipe de Guedes.

O Ministério de Minas e Energia não pretende comprar briga em torno do assunto. A pasta avalia positivamente uma eventual extensão do desconto de 100% na tarifa social, mas desde que seja bancada com recursos do Tesouro Nacional e sem risco de ônus para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o “superfundo” setorial que é rateado entre todos os consumidores de energia e acaba pesando sobre as tarifas de quem não desfruta de subsídios.

A isenção total das contas de luz às famílias de baixa renda, por três meses, foi instituída pela MP 950. A medida provisória fazia previsão de um aporte de R\$ 900 milhões pelo Tesouro para financiar o benefício temporário.

Nas contas da Abrace (associação dos grandes consumidores industriais), porém, a despesa total com o desconto de 100% durante esse período de 90 dias deverá ficar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,8 bilhão. Na prática, o “estouro” iria para a CDE e provocaria um aumento nas demais tarifas.

Para as distribuidoras, o cenário da pandemia ainda não está equacionado e seria importante ter uma prorrogação do benefício. O presidente da Abradee, Marcos Madureira, lembra que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estendeu por mais um mês - até o fim de julho - a validade da resolução que impede cortes no fornecimento para clientes com as contas em atraso.

Na sua avaliação, se o desconto de 100% na tarifa social for perdido, muitas famílias de baixa renda ficarão sem condições de arcar com o pagamento e o caixa das distribuidoras se veria afetado - inclusive porque, até pelo menos o fim de julho, ninguém poderá ter o serviço de eletricidade interrompido. “Provavelmente teremos um aumento da inadimplência nesse segmento da população”, diz Madureira.

A indefinição existe porque a MP 950 - que também deu amparo legal ao empréstimo de até R\$ 16,1 bilhões para o setor elétrico - ainda tramita no Congresso Nacional e pode ter o texto original alterado. O relator da medida provisória, deputado Léo Moraes (Podemos-RO), foi questionado pelo **Valor** se pretende incluir uma extensão do benefício em seu parecer, mas não respondeu.

Em março, quando a MP chegou ao Congresso e antes de ter sua relatoria definida, Moraes apresentou uma única emenda ao texto: prorrogar a isenção de tarifa para consumidores mais pobres “até quando durar o estado de calamidade pública”. “As famílias terão suas rendas gravemente diminuídas, mas possivelmente terão seus gastos aumentados em razão do quadro de escassez que se desenha. Por essa razão, é necessário que o Estado dê amparo aos cidadãos brasileiros em situações de maior vulnerabilidade. Entre as despesas de maior peso no orçamento das famílias de baixa renda, está a conta de energia elétrica”, justificou o deputado na ocasião.

Em tempos normais, para se beneficiar da tarifa social, é preciso estar no Cadastro Único do Ministério da Cidadania e comprovar renda per capita de até meio salário mínimo. O programa concede descontos escalonados nas contas de luz: 65% para os primeiros 30 kWh consumidos por mês, 40% de 31 kWh a 100 kWh, 10% de 101 kWh a 220 kWh. O orçamento estimado originalmente pela Aneel era de R\$ 2,66 bilhões para este ano. Há 9,4 milhões de famílias beneficiadas atualmente e já houve previsões de uma corrida que pudesse até dobrar essa demanda durante a pandemia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

Empresários relatam dificuldade para acessar crédito

Medidas como suspensão temporária de contrato de trabalho e redução de salários e jornada são usadas como paliativos na crise

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

08/07/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Alguns instrumentos oferecidos pelo governo federal durante a pandemia, como suspensão de tributos e redução de jornada de trabalho, ajudaram as empresas de cidades que tiveram o turismo frustrado neste inverno. Mas a maior dificuldade é o acesso a crédito, que ainda chega muito caro.

Guido Thiele, presidente do Sindilojas Hortênsias, que reúne empresas de comércio e serviços de Gramado e região, conta que o sindicato elaborou acordo coletivo para suspensão e redução de jornada de trabalho para os empregados do setor. Esse instrumento foi muito utilizado, diz. O que ficou mesmo mais distante das mãos dos lojistas foi o acesso a empréstimos.

Ditmar Bellmann, que tem há 25 anos uma pousada na cidade de Canela, também na Serra Gaúcha, foi um dos empresários da região que, apesar do interesse, ainda não conseguiram obter empréstimo para capital de giro. Os juros, diz ele, ainda são muito altos.

Com dez funcionários, o empresário usou a possibilidade de redução e suspensão de contrato de trabalho no período em que o hotel ficou fechado e evitou demissões. Em abril, lembra, o movimento na pousada foi próximo de zero, e em maio, com a liberação de ocupação de 50% da capacidade, a retomada ocorreu lentamente.

No início, ressaltava, foram de 10% a 15% de ocupação nos fins de semana. Já na virada para junho, o movimento ficou mais consistente e chegou a gerar expectativa de chegar à ocupação de 100% em julho. O desempenho efetivo do mês, porém, depende da evolução da covid-19 na região e da reversão da bandeira vermelha atribuída pelo governo gaúcho. Na região, a bandeira agora é a laranja, que aponta risco médio.

“Algumas pessoas estão pegando empréstimos, mas para isso estão dando em garantia a própria casa”, diz Ricardo Castelfranchi, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Campos do Jordão. “Não peguei porque sei que não terei condições de pagar depois.” Ele conta que edita uma revista sobre turismo na cidade. Como seus principais clientes são hotéis e restaurantes, o faturamento ficou comprometido. Castelfranchi diz que já aplicou a redução de jornada ou suspensão de contrato de trabalho, mas novas medidas nesse sentido não são viáveis. O empresário avalia que não há perspectiva de retomada da atividade tão cedo e não terá como cumprir novo período de estabilidade, mesmo que seja possível aplicar novamente a medida editada pelo governo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Faça esse truque para ajudar a diminuir sua prostatite.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

ANVISA: Pílula indiana reduz DHT da calvície ativando folículos na matriz
SHIKAKAI


Equipe econômica quer mudar compras governamentais

Ideia é criar central ao estilo dos “marketplaces” privados

Por **Fabio Graner** — De Brasília

08/07/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Heckert: A opção se aplica bem nos casos em que há dispensa de licitação — Foto: Albino Oliveira - Ascom/Ministério da Economia

O Ministério da Economia iniciou um processo que pode mudar radicalmente as compras governamentais. A ideia em discussão é a criação de uma central de compras ao estilo dos “marketplaces” privados (como Amazon e Americanas) para que os fornecedores do governo já deixem na prateleira seus produtos que poderão ser adquiridos pelo setor público. Essa central poderá inclusive ser ligada a marketplaces particulares, ampliando a oferta de produtos que poderão ser adquiridos pelo governo.

A opção se aplica bem nos casos em que há dispensa de licitação, disse ao **Valor** o secretário de gestão do ministério da Economia, Cristiano Heckert. A licitação é desnecessária para compras de bens e serviços de até R\$ 50 mil.

“É uma forma revolucionária de fazer as compras governamentais. Hoje, em um processo, primeiro tem que se especificar, fazer termo de referência, edital e aí potenciais fornecedores apresentam suas propostas. No marketplace, a lógica se inverte. Você já tem na prateleira uma série de produtos e, quando a administração tem uma necessidade, ela vai lá, olha para ver se tem algo que atende, e seleciona”, afirmou.

Segundo Heckert, o processo de contratação terá que ter justificativa clara, orçamento e planejamento. “O que muda é a forma de selecionar o fornecedor”, afirmou. “Não é porque a gente está desenvolvendo o marketplace que a gente vai prescindir de licitação pública”, acrescentou o secretário-adjunto, Renato Fenili.

O projeto ainda está no início. Na semana passada, começaram as primeiras rodadas de conversas com o setor privado e especialistas em licitações. A ideia é concluir a fase de consultas neste mês e partir para o desenvolvimento dessa central para concluí-la neste ano.

Um dos modelos a ser seguido é o vigente no Chile. Na visão dos técnicos do governo, esse mecanismo vai ampliar a competição nas modalidades de compras por dispensa de licitação e ainda economizar em termos de processos.

“A gente tem até um pouco de pressa com essa medida porque dá um ferramental melhor para o gestor em termos de redução de custo processual. Ela é muito mais transparente. E permitirá a maior competição possível”, disse Fenili. “Esse é um segmento para se investir, até como artifício de fomento à economia”, disse, lembrando que as compras públicas hoje representam 10% do PIB e o mecanismo pode favorecer também as empresas menores, que teriam mais condições de disputar esse mercado.

Heckert explicou que todas as operações terão que ser registradas, justificadas e passíveis de avaliação de controle, inclusive com possibilidade de análise se a decisão de compra tomada pelo gestor foi a melhor para o interesse da administração. “Vamos reduzir a assimetria de informação, porque o mercado todo poderá acessar o governo. Potencialmente, terá uma quantidade muito maior de ofertantes do que se teria em um processo de dispensa de licitação”.

Fenili, por sua vez, explica que nas cidades menores a ideia de marketplace pode levar a uma redução de conluio entre empresas.

Para Eduardo Spanó, consultor em inovação e governo e pesquisador da Unicamp, a ideia é boa e tem no Reino Unido um exemplo bem-sucedido. “Para quem está no governo, ter essa agilidade é sensacional, as pequenas contratações podem ser muito mais rápidas”, disse. “Quanto mais transparente e padronizada for a plataforma, se ver todo mundo cadastrado, com regras claras para quem escolheu o produto, melhor”, disse, destacando que é importante ser desburocratizado. “No entanto, é importante tomar cuidado para não concentrar ainda mais serviços nas grandes empresas de tecnologia e assegurar privacidade de dado

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

ANVISA: Pílula indiana reduz DHT da calvície ativando folículos na matriz
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Governo

07/07/2020 12:50

Governo apresenta protocolos e critérios da reabertura da economia

O **plano de abertura da economia** na Bahia foi apresentado na manhã desta terça-feira (7), pelo governador Rui Costa e pelo prefeito de Salvador, ACM Neto, durante uma coletiva virtual. O principal critério adotado neste protocolo comum é a capacidade de o poder público ofertar leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) à população baiana, de forma a priorizar a preservação de vidas.

O governador lembrou que os critérios e medidas que integram o protocolo valem não só para a capital, mas como para todo o território estadual, e que a primeira fase do protocolo só será ativada quando a taxa de ocupação de leitos de UTI permanecer em 75%, por pelo menos cinco dias seguidos. A fase 1 do protocolo contempla reabertura de shoppings e centros comerciais, comércio de rua com lojas acima de 200m², templos religiosos e igrejas.

"São parâmetros que valem não só para a capital mas para todo o território estadual e que foram feitos conjuntamente entre Estado e Prefeitura. Nosso desafio é reduzir o número de óbitos, que nos últimos dias se manteve entre 50 e 60 diários. Por isso intensificamos, da última semana para cá, a orientação de internamento daqueles pacientes que procuram UPAs e unidades de saúde, justamente para reduzir o número de pacientes em UTIs e, conseqüentemente, o número de óbitos. A nossa prioridade é salvar vidas", enfatizou Rui.

Rui comentou ainda que, nos próximos dias, o Estado vai abrir novos leitos de UTI em diferentes regiões da Bahia.

"Progressivamente, continuamos a abrir leitos de UTI no interior, a exemplo dos 40 instalados em Feira, no novo Clériston Andrade que está passando pelos últimos ajustes antes da abertura. Além disso, vamos abrir mais 10 em Valença, 10 em Jequié, 10 em Itabuna, 10 em Eunápolis, e ainda novas unidades de pronto atendimento em cidades como Jaguaquara e Gandu", listou o governador.

Retomada da economia

Para Neto, a elaboração de um protocolo conjunto permitirá uma melhor compreensão da sociedade, bem como garantirá a segurança e transparência de todas as decisões tomadas de agora em diante. "Não tenho dúvida que a decisão de fazer um protocolo comum foi a mais acertada. Nossas equipes técnicas se juntaram, dialogaram exaustivamente e chegaram a esse plano de abertura que será ativado gradativamente e por três diferentes estágios".

A Fase 2 (que contempla academias de ginástica e similares; barbearias e salões de beleza; centros culturais, museus e galerias de arte; lanchonetes, bares e restaurantes) só será ativada quando a taxa de ocupação de leitos de UTI se mantiver em 70%, também por, no mínimo, cinco dias. Já a Fase 3 (abertura de parques de diversões e parques temáticos; teatros, cinemas e demais casas de espetáculos; clubes e centros de eventos) só será colocada em prática quando o Estado alcançar taxa igual ou menor a 60%, também por pelo menos cinco dias. "Diante desse cenário, as atividades serão retomadas gradualmente, mas respeitando as diferentes fases, a exemplo de shopping centers e centros comerciais, que, na Fase 1, terão funcionamento escalonado para não impactar no transporte público e também terão que seguir uma série de regras, a exemplo de só permitir uma pessoa a cada nove metros quadrados nas áreas comuns e uma a cada cinco, dentro das lojas e, ainda, a utilização de apenas 50% das vagas de estacionamento", exemplificou Neto.

Atividades relacionadas à educação, futebol profissional, e à frequência em parques, praias e demais espaços públicos terão protocolos específicos, que ainda serão divulgados.

Repórter: Renata Preza/GOVBA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Para privatizar Eletrobras, 'golden share' volta

Retorno de ação especial e novo fundo na região Norte são apostas para avançar em capitalização

Por **Fabio Graner e Daniel Rittner** — De Brasília

08/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na tentativa de tirar da inércia a privatização da Eletrobras, o governo negocia ao menos duas mudanças no projeto de lei já enviado ao Congresso Nacional: o ressurgimento de uma "golden share" (ação de classe especial que dá alguns direitos de veto ao governo) e a criação de um fundo destinado especificamente para investimentos na região Norte.

Sem alarde, esse movimento está sendo costurado pela equipe do presidente Jair Bolsonaro com parlamentares. É uma estratégia para desengavetar a capitalização da gigante do setor elétrico, que tramita sem avanços na Câmara dos Deputados e nem sequer tem um relator designado. A venda da estatal é uma das grandes prioridades na agenda de privatização e redução do Estado pelo governo e ganhou ainda mais relevância na estratégia pós-pandemia.

A proposta original do governo Michel Temer era privatizar a Eletrobras, mas mantendo uma ação de classe especial nas mãos da União. Ela daria ao governo poderio para interferir em decisões estratégicas dos futuros acionistas majoritários, como mudança da sede, do nome ou da marca da empresa. Em ano de eleições, mesmo contando com esse dispositivo, o projeto de Temer não foi adiante.

Na gestão Bolsonaro, depois de longas discussões, uma nova proposta foi enviada sem a "golden share", que não contava com grande simpatia na equipe econômica. Diante da resistência de deputados e senadores, a possibilidade agora é reavaliada

pelo governo para mover as “placas tectônicas” do Congresso e destravar a privatização, que nunca encontrou um ambiente favorável na Casa. Nos bastidores, avalia-se que apenas com alterações significativas no texto seria possível aprová-lo.

A ideia de retomar a “golden share” surgiu em conversas de senadores com os ministérios da Economia e de Minas e Energia. Ainda há no governo quem não goste do mecanismo, avaliando que na prática isso pode reduzir o valor da empresa, dado que tiraria poder dos acionistas privados e que o instrumento estaria defasado no tempo, com a União Europeia, por exemplo, discutindo não permitir mais esse desenho.

Porém, uma vez que a prioridade é vender a companhia, para lhe dar maior capacidade de investimento e reforçar a situação fiscal do governo, a visão é que, se isso for um dos fatores a viabilizar a aprovação da matéria, o governo apoiará sua inclusão.

Outra ideia estudada entre parlamentares e governo é repetir, na região Norte, o fundo de revitalização do rio São Francisco que beneficiará o Nordeste. Com valores diferentes, tanto Temer quanto Bolsonaro haviam proposto a criação de um fundo com parte da outorga a ser paga pela própria Eletrobras - já capitalizada com recursos privados - na renovação das concessões de suas usinas hidrelétricas por 30 anos.

O fundo para a região Norte, a princípio, talvez não seja destinado necessariamente a ações socioambientais. No cálculo político do Palácio do Planalto, isso poderia dobrar a resistência de parlamentares da bancada amazônica e angariar votos importantes.

O governo descarta, porém, mexer no essencial do modelo: uma chamada de capital em que a União não acompanhará os aportes de acionistas privados e, com isso, diluirá sua participação na Eletrobras - o que leva à perda de controle. Em seguida, já capitalizada, a companhia pagará pela renovação das suas concessões.

Como compensação, poderá vender a energia produzida pelas hidrelétricas a preços de mercado e não mais pelo regime de cotas. É o que se tem chamado, no mercado, de “descotização” das usinas.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), já afirmou que o projeto teria maioria contrária na Casa. Maia, por sua vez, ainda não deliberou o encaminhamento do projeto. Não se sabe, por exemplo, se tramitará por comissões setoriais ou será avaliado por uma comissão especial - o que normalmente encurta o caminho até sua votação em plenário.

Pesquisas contratadas pela Eletrobras ainda no governo Temer apontavam que o apoio de deputados e senadores à privatização aumenta substancialmente quando se inclui a hipótese de um dispositivo como a “golden share”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Faça esse truque para ajudar a diminuir sua prostatite.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

ANVISA: Pílula indiana reduz DHT da calvície ativando folículos na matriz
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Pílula indiana anti-calvície cresce matriz capilar profunda
SHIKAKAI

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

É mais inteligente pegar as 2 parcelas de R\$ 600 e estender por 3 meses, diz Guedes